

# FACTO

**ABIFINA** 

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA,  
BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES

OUT-NOV-DEZ 2017 • NÚMERO 54 • ANO XI

ISSN 2526-1177

## VIII SIPIID DEBATE MEDIDA POLÊMICA CONTRA ATRASO DE PATENTES

06



ARTIGO

14



ENTREVISTA

18



MATÉRIA POLÍTICA



**HÁ MAIS DE 30 ANOS  
TRABALHANDO COM PAIXÃO  
E COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

- ▶ **Medicamentos**
- ▶ **IFAs**

Somos uma empresa multinacional brasileira que desenvolve e fabrica medicamentos e IFAs com qualidade e competitividade para a saúde e o bem-estar das pessoas.



[www.blanver.com.br](http://www.blanver.com.br)

## //Corpo Dirigente

### ▼ Conselho Administrativo

#### Presidente

Ogari de Castro Pacheco

#### Vice-presidentes

1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira

2º Vice-Presidente: Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Vice-Presidente de Planejamento: Jean Daniel Peter

Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario Junior

Vice-Presidente de Biodiversidade: Peter Martin Andersen

Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Pires Lages

Vice-Presidente da Cadeia Química: Lélío Augusto Maçaira

Vice-Presidente de Biotecnologia - Akira Homma

Vice-Presidente Agroquímico - João Sereno Lammel

#### Diretores

Diretor de Relações Institucionais - Odilon José da Costa Filho

Diretora de Propriedade Intelectual - Leticia Khater Covesi

Diretor de Biotecnologia - Gilberto Hauagen Soares

Diretora do Regulatório Farmo - Gabriela Corrêa Miotto

Diretora do Regulatório Agro - Thais Balbao Clemente Bueno

de Oliveira

Diretora para Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke

### ▼ Conselho Geral

Artur Roberto Couto

Hayne Felipe da Silva

César Martins Fraga

Ronald Lamounier Rubinstein

Sérgio José Frangioni

Walker Lahmann

### ▼ Conselho Fiscal

Juliana De Carvalho Assis

Milton César Olympio

Renato Maziero

### ▼ Conselho Consultivo

Alberto Ramy Mansur

Alcebiades de Mendonça Athayde Júnior

Antônio Joaquim Werneck de Castro

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni

Luiz Carlos Borgonovi

Marcelo Rodolfo Hahn

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Pedro Wongtschowski

Poliana Emília Botelho Silva

Telma Christina Santos Salles

## //Expediente

Coordenação Geral: Claudia Craveiro

claudia.craveiro@abifina.org.br

Matéria Política: Inês Accioly

Matéria SIPID: Tamara Menezes e Luana Rocha

Assistente de Produção: Luciana Bitencourt

e Lucielen Menezes

Projeto Gráfico e Finalização Digital: Luciana Costa Leite

Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

ISSN 2526-1177

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

**ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades**

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro

CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Central Telefônica: Tel: (21) 3125-1400 • Fax: (21) 3125-1413

www.abifina.org.br



06

### Artigo

Roberto Nicolsky: Inovação industrial e crescimento econômico

18

**Matéria Política**  
Que Brasil queremos?



14

### Entrevista

Delfim Netto:  
"A ideia de livre mercado é uma estupidez"



25

**Especial**  
Backlog de patentes toma conta do debate no VIII SIPID



## //Sumário

### Entrevista

Presidente-executivo do Cristália, Eduardo Job, fala sobre investimentos em biotecnologia ..... 09

### Artigo

Gerson Valença Pinto: Biodiversidade brasileira... Passado e futuro ..... 12

### Artigo

Dante Alario e Marcio Falci: Desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional ..... 16

### Matéria Ourofino

Empresa inova com estufas experimentais, laboratório de entomologia e mais ..... 36

## //Seções

Editorial ..... 04

Painel do Associado ..... 39

ABIFINA em Ação ..... 42

## PLANEJAMENTO E GESTÃO EFICIENTE COM MENOS BUROCRACIA

Nelson Brasil de Oliveira | 1º vice-presidente da ABIFINA



Foto: André Telles

A descontinuidade de políticas públicas é o fato mais marcante na história das sucessivas administrações que têm gerido o Brasil. A cada mandato eleitoral, os novos mandatários fazem questão de formular novas políticas públicas, abandonando aquilo que foi iniciado no período anterior, por mais relevantes que tenham sido seus resultados. Isso porque, infelizmente, predomina no País uma obsessão, por parte de cada novo mandatário, por moldar seu mandato como inovador em relação ao anterior. Nesse cenário, destacam-se absurdas “negociações” da Presidência da República envolvendo apoio aos projetos do Poder Executivo em troca de benefícios paroquiais aos parlamentares, completamente descompromissadas com uma clara política de desenvolvimento econômico do País.

Em realidade, as crises econômicas internacionais, em parte, são responsáveis pelos problemas internos de cada nação, mas certamente a ausência de um planejamento econômico de longo prazo que se traduza em políticas públicas voltadas para os diversos setores produtivos constitui a grande causa das crises que o Brasil tem enfrentado. E dentre os setores produtivos de um país, sem sombra de dúvidas cabe destacar o industrial, seja pela mais elevada valorização de insumos básicos, seja pelo amplo e benéfico reflexo em outros setores produtivos.

Nesse contexto, vale lembrar a consistente e bem formulada política industrial elaborada por Alexander Hamilton no final do século XVIII, ao definir princípios e objetivos claros que vieram a nortear o desenvolvimento econômico dos treze Estados que saíram combalidos da Guerra de Secessão, da qual resultou a criação do gigante Estados Unidos da América do Norte, que, a partir do século XIX, veio a se tornar a maior nação capitalista do planeta.

No Brasil independente desde 1822, o planejamento de Estado e a política industrial somente surgiram um século depois, no período Vargas, a partir dos anos 30 do século pas-

sado. Como decorrência do grande debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudim – aquele defendendo priorizar o desenvolvimento industrial e este proclamando ser o Brasil um país essencialmente agrícola e que, como tal, deveria ser mantido –, Getúlio decidiu privilegiar os ideais de Simonsen. Com esse fato, cabe ser destacada a formulação de uma política industrial mantida pela Presidência da República, que resultou, entre outros casos, no surgimento da Siderúrgica de Volta Redonda (CSN) em 1941 e na criação da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1954, grandes marcos no desenvolvimento industrial do Brasil.

Na segunda metade dos anos 50 do século passado, Juscelino Kubitschek desenvolveu uma política industrial com ênfase na produção local de bens de consumo duráveis. Posteriormente, Ernesto Geisel, como presidente da Petrobras (1969/1973), do Brasil (1974/1979) e depois da Norquisa (1980/1991), desenvolveu durante uma década uma contínua política industrial, de caráter desenvolvimentista, com ênfase na fabricação verticalizada de produtos petroquímicos e da química fina.

Depois de um longo período caracterizado pelo abandono de políticas industriais, somente em 2002/2010, no governo Lula, ao abrigo da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), surgiu a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), objetivando estimular o complexo industrial da química fina, com destaque para a produção nacional de medicamentos essenciais aos programas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa política das PDPs, que se mostrou vigorosa nos anos 2006/2010, perdeu a força mais recentemente, mostrando uma nítida aparência de extinção. Esse fato é extremamente lamentável, posto que representará o abandono de uma política industrial de longo prazo que vinha mostrando excelentes resultados.

A utilização de parcerias público-privadas certamente é, e continuará a ser, um grande instrumento governamental para a implantação de políticas industriais compatíveis com o planejamento econômico brasileiro no longo prazo, especialmente em setores estratégicos para o crescimento autônomo do País.

Se as entidades empresariais não agirem desde logo em defesa desse planejamento de Estado de longo prazo, atuando de forma efetiva e dinâmica nesse sentido, os novos mandatários a serem eleitos em 2018 manterão a nefasta forma de legislar através de um Congresso Nacional em que predominam projetos para atender a demandas paroquiais no curto prazo, sem uma visão de Estado no longo prazo.

Em termos de gestão administrativa, o Brasil necessita reduzir a carga tributária atribuída às empresas privadas – mais de 35% do PIB, uma das mais altas do mundo, como nos países desenvolvidos, onde é inferior a 20%. Além disso, mais de uma dezena de tributos regionais e federais, em diferentes agências e com datas diversas, bem como os benefícios incidentes sobre a folha salarial, requerem um controle administrativo pelas empresas muito elevado, gerador de elevados custos, fato que contribui enormemente para reduzir a competitividade brasileira no mercado internacional.

Nesse cenário, temos que olhar também para a nossa sufocante burocracia estatal. O excessivo número de leis, decretos e regulamentos – extremamente detalhados e muitas vezes até mesmo conflitantes – forma um arcabouço legal impeditivo do desenvolvimento de projetos de investimento realmente expressivos e eficazes. Para ilustrar, um simples pedido de licença para abertura de uma empresa, com suas inscrições requeridas nos diversos entes públicos – sem nenhuma interação entre eles, como Receita Estadual e Federal, Ibama, órgãos controladores como Anvisa e Polícias Federal, Estadual e do Exército –, demanda meses para ser resolvido, sendo que muitos desses documentos devem ser renovados anualmente. Esse simples fato serve para ilustrar a existência da famigerada burocracia brasileira, geradora de elevados e desnecessários custos que afetam gravemente a competitividade internacional das empresas nacionais, conforme é demonstrado no ranking de competitividade global elaborado pelo Fórum Econômico Mundial.

Cabe também uma referência ao Ministério Público, que por vezes age com excessivo rigor em suas decisões sobre atos administrativos do agente público, sem dispor de um pleno conhecimento da situação. Parece que os órgãos de fiscalização e controle no Brasil por vezes partem do princípio de que todo administrador público é desonesto – até prova em contrário. Abundantes e complexos sistemas de controle embaraçam a ação dos agentes públicos corretos, que, a bem da verdade, formam a expressiva maioria dos quadros públicos de carreira. Por poderem ser questionados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Ministério Público, mesmo que atuem

com correção e isenção, bons servidores públicos tendem a não se expor em decisões que poderiam tomar de imediato.

A inoperância dos atuais sistemas de gestão é claramente demonstrada pelo fato de que os maus administradores conseguem, e até com relativa facilidade, fraudar sistemática e descaradamente o monitoramento e o controle administrativos estabelecidos, como se vê nas ações conduzidas pela Polícia Federal e pelo próprio Ministério Público na Operação Lava Jato. Infelizmente, tais operações não fazem parte do cotidiano de nosso Ministério Público, e muito menos recebem a devida prioridade de tratamento por parte de nossos Tribunais.

A Constituição brasileira de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, para contraditar o arbítrio nocivo característico do regime ditatorial, entendeu que os abusos daquele regime resultavam da centralização administrativa verificada no período militar. Partindo desse pressuposto, a nova Constituição exagerou em seu detalhamento e descentralização, constituindo-se assim no grande fator impeditivo da definição de um planejamento econômico de longo prazo.

Em decorrência desse fato, no Brasil de hoje não existe mais um Estado Nacional, com objetivos permanentes e de longo prazo, mas sim um conjunto desarticulado de estados e municípios, sendo a federação gerida através de negociações políticas pontuais, ao sabor de interesses paroquiais, muitas vezes ilegítimos.

O Congresso Nacional não é formado por partidos políticos reunidos em torno de ideologias ou programas, mas sim que constituem agregados de pessoas reunidas em torno de interesses particulares ou regionais. Cada um dos 594 parlamentares, além de constituírem o segundo Parlamento mais caro do mundo – perde apenas para os Estados Unidos –, tem direito a fatiar o orçamento público com “emendas parlamentares” para municípios em troca de votos ao Poder Executivo. E nosso Ministério do Planejamento e Gestão é apenas um órgão burocrático que acompanha o desempenho das contas públicas, sem nenhuma ação em termos de planejamento nacional.


Finalmente, cabe destacar que não é possível um país ter uma economia forte, com renda per capita elevada e boa distribuição de renda, mantendo-se apenas como um grande produtor e exportador de *commodities* agrícolas. Todos os países avançados no mundo, que apresentam altas taxas de crescimento, dispõem de uma moderna e diversificada indústria, com forte presença em segmentos de maior intensidade tecnológica. Mas, para se atingir status de país industrializado, é indispensável que, nessa política de longo prazo, se possa contar com uma política cambial favorável ao setor produtivo interno, administrando-se políticas compensatórias à apreciação do real e às grandes variações na taxa cambial, objetivando-se, além da contenção do processo inflacionário, também defender a produção interna e incentivar o investimento local. 



Foto: André Telles

## INOVAÇÃO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Roberto Nicolsky | diretor presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec)

*É um legítimo anseio de todo povo que o seu país cresça e que desenvolva a sua economia de modo a promover a melhoria das condições de vida através da redistribuição da renda agregada a todos os segmentos da sua população. A questão a discutir é como realizar esse objetivo com eficácia nas condições existentes no país e no mundo.*

Para se encontrar novos caminhos, é de fundamental importância rever o percurso trilhado no pós-guerra por países que, antes dominados, passaram a empreender o desenvolvimento próprio, geralmente baseados no processo da industrialização tardia. O Japão teve crescimento singular com base na diversificação da indústria de manufaturas para disputar o comércio mundial.

Já outros países dinâmicos chamados de emergentes, alguns até colônias ou economicamente dominados antes da guerra, se basearam no próprio desenvolvimento tecnológico, gerando e agregando inovações industriais, cujo montante pode ser bem avaliado pelas patentes concedidas a esses países pelo USPTO (sigla em inglês do escritório de patentes americano). Isto porque, como a patente só tem valor territorial, a forma de se comparar é no maior mercado, ou seja, nos Estados Unidos.

### CASO DO JAPÃO

Por não ter tradição de presença no mercado mundial de manufaturados até a década de 30, o Japão imediatamente no pós-guerra começou a comercializar seus novos produtos, na verdade cópias de baixa qualidade de artigos ocidentais de baixo conteúdo tecnológico, muitos

chamados de “bugigangas orientais”. Mas é esse processo de imitação que responde pelo fundamental aprendizado tecnológico, como muito bem explica o grande ideólogo da Coreia do Sul, Linsu Kim, em seu livro “Da Imitação à Inovação”<sup>1</sup>, e em seus textos a seguir<sup>2</sup> (tradução livre e destaques do autor):

- **“Em países desenvolvidos**, ‘aprender pesquisando’ (*learning by research*) por empresas, universidades e institutos tem um papel dominante na expansão da fronteira tecnológica.”

- **“Em países em desenvolvimento**, ao contrário, ‘aprender fazendo’ (*learning by doing*) e engenharia reversa por empresas, com limitada assistência de universidades e institutos, é o padrão dominante de acumulação de competência tecnológica.”

Sob políticas públicas do Miti (sigla em inglês do Ministério do Comércio Exterior e Indústria), esse foi o conceito que o Japão seguiu e que o levou a construir a sua indústria, a sua força tecnológica e a sua riqueza. Foram décadas de imitação com uma contínua introdução de melhorias, isto é, inovações industriais, partindo das mais rudimentares e simples e chegando a grandes sucessos, como o Walkman, as máquinas fotográficas, os instrumentos óticos, robôs e tantos outros, muitos já fora do âmbito manufatureiro e tudo sob o fomento estatal.

Da década de 90 em diante, o Japão tornou-se líder tecnológico em muitos produtos e subsetores. Hoje, o Japão obtém a outorga de mais de 50 mil patentes no USPTO a cada ano, abaixo apenas dos Estados Unidos e quase três vezes mais do que o terceiro gerador, surpreendentemente a Coreia do Sul. O PIB per capita monetário do Japão já está na ordem de US\$ 40 mil, um dos mais altos do mundo.

## LIÇÕES DA COREIA

Partindo de uma infraestrutura arrasada por uma guerra local (1950-1953), mas com envolvimento quase mundial, e com uma renda per capita da ordem de US\$ 80, a Coreia do Sul decidiu se reconstruir, se desenvolver e crescer para atender às necessidades de seu povo. Seus primeiros esforços foram na restauração de seu capital humano pela educação, inclusive a superior. Para tanto, além das suas universidades tradicionais, criou em 1967 o Kist (sigla em inglês do Instituto Coreano de Ciência e Tecnologia), destinado a formar jovens técnicos, engenheiros e outros com a visão crítica indispensável para inovar. Para orientá-los, promoveu uma diáspora reversa dos professores e pesquisadores coreanos, que resultou num retorno de mais de 1.100 deles para o novo instituto.

Essa política ainda foi considerada insuficiente e, em 1972, a Coreia promulgou a sua Lei de Fomento nº 2.399<sup>3</sup>, que a botou na rota da imitação adaptada às suas condições, seguindo os passos do Japão, de quem havia sido colônia por cerca de 40 anos até a II Guerra Mundial. Iniciando com algumas poucas dezenas de grandes grupos empresariais (*chaebol*), a Coreia lançou uma imediata generalização da sua política de fomento aos médios e pequenos empreendimentos, que hoje são mais de 30 mil participando do programa de inovação industrial. A outorga de apenas três patentes pelo USPTO em 1970 tornou-se mais de 18 mil só no ano de 2015. O valor monetário do PIB per capita médio de seus mais de 50 milhões de habitantes está em cerca de US\$ 27 mil anuais. A riqueza chegou em 50 anos: 1967-2017.

## NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O desempenho dos Tigres Asiáticos fez emergirem duas constatações no Brasil. Inicialmente, a necessidade de leis específicas para dar base a políticas públicas de fomento tecnológico. Em segundo lugar, mostrou-se necessário que a atuação individual fosse substituída por uma entidade do setor produtivo com representatividade específica para expressar esse posicionamento.

Para me aprofundar nesses temas, em 1999 visitei a Coreia do Sul e conheci tanto as políticas públicas de fomento à inovação quanto a entidade Koita<sup>4</sup> (sigla em inglês da Associação Coreana de Tecnologia Industrial). Na ocasião, tive um encontro com o professor Linsu Kim, que permitiu uma aprendizagem intensiva sobre a política tecnológica da Coreia.

O que se conclui dos crescimentos rápidos dos países mencionados? Todos deram prioridade ao desenvolvimento de inovações industriais compartilhando o risco tecnológico com as empresas através do subsídio direto,

como permite o artigo 8º do acordo que criou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Tabela 1 resume os resultados obtidos pelos cinco países mencionados em comparação com os nossos resultados na geração de tecnologia, medida pela taxa de patentes outorgadas a cada ano no USPTO.

País	1963: Início da Estatística USPTO	Início da Política	Patentes	2015: Últimos dados USPTO
Japão	407	1950	-	52.409
Taiwan	0	1972	0	11.690
Coreia do Sul	0	1972	7	17.924
China + HK	10	1980	28	8.733
Índia	4	1995	37	3.355
Brasil	17	-	-	323

A pergunta que não quer calar é: qual a justificativa do compartilhamento do risco? Um pequeno ou médio empresário, ou ainda uma grande empresa até então fora do sistema de inovação, não teria fôlego para assumir os custos das atividades de P&D, que têm retorno incerto. Considerando juros, carga tributária e outros, no Brasil a conta ficaria em torno de 38% das receitas. O lucro estimado seria de 8%, com alto risco de sequer haver lucro. A conclusão é que o compartilhamento do risco se faz uma condição necessária para incentivar a inovação na indústria.

## OPÇÕES BRASILEIRAS

O nosso modelo básico no século passado foi o de desenvolver uma indústria local para a substituição de importações e exportar produtos naturais, matérias-primas e produtos primários. Nas últimas décadas, também exportamos alguns produtos industrializados com excedente e outros em que nos tornamos até competitivos em nível internacional.

A comparação com os demais países emergentes, porém, mostra que nos faltavam as políticas públicas indispensáveis de desenvolvimento tecnológico e inovação com a sua condição necessária e suficiente: o compartilhamento do risco tecnológico. Era, portanto, uma questão essencial criar essas políticas pela construção de um marco legal de fomento e estímulo notadamente à criação e agregação de inovações competitivas.

Em 1994, ocorreu a bem-sucedida implantação do Plano Real e a consequente queda vertiginosa da inflação, viabilizando a estabilização econômica e uma mudança de atitude em relação à inovação tecnológica.

A consciência da necessidade de se criar políticas públicas para o fomento ao desenvolvimento tecnológico

brasileiro veio, então, com os exemplos de Coreia do Sul, Taiwan e China.

Atendendo a essa demanda, foi criada em 20 de fevereiro de 2002, na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo, a entidade Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), com 15 associados fundadores, todos entidades industriais. A nova instituição foi recebida pelo presidente da República e imediatamente empreendeu uma campanha pela construção de um marco legal.

Foi incluída a condição necessária e suficiente nesse marco legal: o compartilhamento do risco. Para todas as indústrias inovadoras, inserimos a subvenção econômica (capital de risco) no artigo 19 da Lei de Inovação, revista em 2004 (Lei nº 10.973/2004), para apoios *a priori*. Apenas para as indústrias grandes (as que estão no regime de Lucro Real do Imposto de Renda), foram propostos e aceitos os artigos 39, 40, 42 e 43 da Lei nº 10.637/2002 (Minirreforma Tributária), que regulavam o reembolso de parte dos dispêndios em inovações industriais para apoios *a posteriori*. Esses quatro artigos foram posteriormente transformados no Capítulo III da Lei do Bem (nº 11.196/2005), com substancial redução das alíquotas dos seus benefícios. Em 2010, conseguiu-se uma lei especial para as compras públicas (nº 12.349/2010), dando uma margem de 25% nos preços dos produtos cuja tecnologia de fabricação fora desenvolvida no País.

## PRESENTE E FUTURO

A subvenção econômica foi oferecida em pequena proporção (apenas 0,005% do PIB, uma amostra) em editais da Finep entre 2006 e 2009, com um conceito de viés acadêmico. Os resultados foram escassos e, com a suspensão posterior dos editais, as empresas pequenas e médias ficaram sem fomento adequado. E não há relatórios críticos dos resultados.

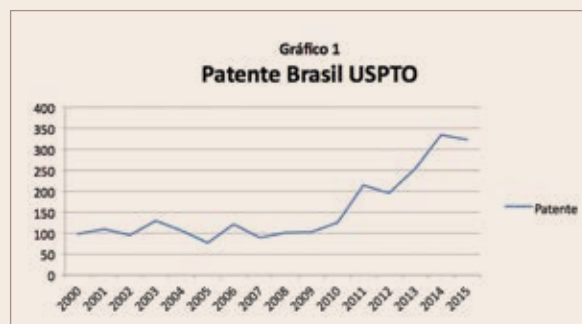
A Lei do Bem tem um conceito correto, mas benefícios pequenos. Está correta porque o seu uso é uma decisão da empresa, atendida a regulamentação. O benefício máximo na versão original (Lei nº 10.637/ 2002) era de 67% (ainda abaixo do limite do artigo 8 da OMC: 75%), mas,

na transformação para a Lei nº 11.196/2005, ele foi reduzido para 34% do investimento em P&D da empresa.

A primeira rodada de uso do benefício foi em 2006, com apenas 130 indústrias. Mas a de 2014 (último dado liberado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) teve 1.206 indústrias, com um investimento da ordem de R\$ 8 bilhões, gerando cerca de R\$ 1,5 bilhão de incentivos fiscais para as empresas. Isso representa 0,025% do PIB, o que ainda é outra amostra.

Um montante de impacto no crescimento do PIB seria um incentivo/subvenção de 0,5%, ou seja, 20 vezes maior que o atual. Ante a capacidade ociosa das fábricas, isso acarretaria um crescimento do produto industrial da ordem de 10% no período de 2 a 3 anos, ou 1% do PIB, realimentando um ciclo virtuoso.

O reembolso é um compartilhamento do risco, ainda que *a posteriori*, e os seus resultados são evidentes no Gráfico 1 das nossas patentes no USPTO. Passamos de uma média de 100/ano para crescimento apreciável, chegando a 323 em 2015.



Outra iniciativa de fomento, a Lei nº 12.349/2010 tem sido utilizada pelo Ministério da Saúde e Ministério da Defesa, nos quais se concentram as compras públicas, embora com um viés de encomenda tecnológica. O resultado tem sido satisfatório, propiciando o desenvolvimento tecnológico de algumas indústrias desses setores.

Espera-se que o tema volte à pauta política em 2018 e que surjam candidatos comprometidos com o desenvolvimento tecnológico do País para usufruirmos um crescimento rápido, que reduza efetivamente as desigualdades, como o seu povo merece. 🍯

<sup>1</sup> "Da Imitação à Inovação: A dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia", Linsu Kim, publicado pela Editora Unicamp, Campinas, 2005.

<sup>2</sup> Em revista "Industry and Innovation", volume 4, nº 2, página 168, Elsevier, 1997.

<sup>3</sup> "World Report on Science 1993", Unesco, Génève, Suíça, 1994.

<sup>4</sup> "Livro Branco da Inovação Tecnológica", Roberto Nicolsky, Protec 2012, pdf em [www.protec.org.br](http://www.protec.org.br)





Foto: Arquivo Cristália

## CRISTÁLIA AVANÇA EM BIOTECNOLOGIA NO PAÍS

**P**rimo laboratório produtor de toda a linha básica de medicamentos para psiquiatria no Brasil, o Cristália continua inovando e tornando-se a primeira indústria farmacêutica no País a avançar no desenvolvimento de medicamentos biotecnológicos. Até agora, o laboratório ostenta 94 patentes concedidas para novas moléculas no Brasil e no exterior (incluindo países como Estados Unidos, China, México, Japão e Índia). “Nosso foco contínuo é em pesquisa e inovação. Esse investimento reflete diretamente o DNA da companhia”, avalia Eduardo Job, presidente-executivo do Cristália. Para falar sobre os novos avanços da saúde no Brasil (o Cristália também é o maior fornecedor de medicamentos para o Sistema Único de Saúde), planos de expansão e desafios da sua gestão, Eduardo Job concedeu a entrevista a seguir.

*Na sua visão, o que podemos esperar do desenvolvimento de novos medicamentos por empresas farmacêuticas nacionais, como o Cristália?*

A busca por novos medicamentos é constante no Cristália. Temos um projeto de bioprospecção que visa a mapear a biodiversidade brasileira em busca de novas moléculas ou outras apresentações de medicamentos já existentes. Até o momento, mapeamos mais de três mil bactérias novas e raras isoladas que podem significar grandes descobertas nos próximos anos. Com isso, pretendemos desenvolver produtos que tenham diferenciais para o mercado.

*O senhor está há dois anos na gestão do Laboratório Cristália. O que foi conquistado até agora e para onde a empresa caminha nos próximos cinco anos?*

Trabalhamos continuamente no fortalecimento da cultura de integração e orgulho em fazer parte dos nossos colaboradores. Uma empresa é o reflexo de cada colaborador que a compõe. Por isso, investimos constantemente na capacitação de nossos profissionais. Nossas ações têm se refletido

na qualidade do trabalho desempenhado pelo Cristália e no constante reconhecimento. Apenas em 2017, foram dez prêmios que indicam que estamos no caminho certo. Vamos continuar crescendo de modo sustentável e gradual. Essa é nossa real tendência, alinhada com todos que fazem parte do Cristália.

*Quais são os focos da sua gestão para os próximos anos? E os principais desafios?*

Para os próximos anos, vamos investir em profissionais de alto nível. Queremos sempre buscar e reter os melhores executivos, pesquisadores e demais talentos do mercado para que possamos superar os desafios do dia a dia e inovar sempre. Queremos garantir a sustentabilidade do negócio e entregar nossos produtos com alta qualidade e preço justo. A situação econômica do País é um desafio que lidamos com ponderação e responsabilidade.

*Como o Cristália pretende ser visto nos próximos cinco anos?*

Continuaremos a ser uma das companhias que mais oferece inovação e soluções acessíveis que impactem na qualidade de vida das pessoas. Pretendemos manter nossa liderança em anestesiologia, sem dúvida, já que é uma marca do Cristália. Além disso, vamos ampliar para outras áreas e especialidades, entre elas: oncologia, sistema nervoso central/psiquiatria e tratamento da dor.

*O Cristália vai continuar com investimentos focados em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos?*

Investimos anualmente cerca de 6% do faturamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, pois esses três pilares estão no DNA da empresa. Não buscamos apenas novos medicamentos, mas também o aprimoramento de produtos já existentes, como a Colagenase, que estava disponível no mercado. Há pouco tempo, o Cristália criou o primeiro Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) Colagenase, primeiro biológico extraído da biodiversidade brasileira, desenvolvido em meio de cultura isenta de componentes de origem animal, ou seja, é *animal free*.

## //Entrevista

*O Cristália desenvolveu um complexo fabril em Itapira (SP). Como a companhia vem trabalhando o tema da sustentabilidade?*

O Laboratório Cristália faz o uso sustentável dos recursos naturais e se responsabiliza pelo meio em que está inserido. Nossas unidades utilizam as mais altas tecnologias existentes no mercado para tratamento de efluentes, por exemplo. Com as estações de tratamento e reutilização de água, geramos uma economia de 7 milhões de litros por mês. Temos também, desde 2007, um projeto que recolhe 7 mil litros de óleo de cozinha utilizados mensalmente em nossas unidades e em toda a cidade de Itapira. O material é vendido e a renda é revertida para uma instituição local. Preservamos 17 hectares com mais de 17 mil mudas de plantas e árvores nativas dispostas em seis Áreas de Preservação Permanente (as chamadas APPs), todas sob responsabilidade do Cristália e situadas ao redor do nosso complexo. Preservamos também toda fauna, flora e rios que permeiam nossas instalações e que convivem em perfeita harmonia com nossas atividades. Somos também responsáveis pela conservação da Mata Atlântica nativa localizada no nosso complexo fabril em Itapira.


*Por que o Grupo Cristália adquiriu outras empresas, caso da Sanobiol, IMA e Latinofarma?*

O Cristália busca sempre a independência na produção da cadeia completa de um medicamento. Produzimos mais da metade dos insumos que são utilizados em nossos produtos. Da mesma forma, adquirimos empresas que são estratégicas para oferecer ao mercado uma linha completa em soluções para o tratamento de saúde. O Laboratório IMA, na Argentina, foi uma aquisição significativa para a expansão da marca no exterior em um segmento estratégico: remédios oncológicos injetáveis. A Latinofarma, em Cotia (SP), amplia nossa atuação na área oftalmológica, possibilitando a produção da linha completa e não apenas os anestésicos, que já eram produzidos pelo Cristália. O Sanobiol, em Pouso Alegre (MG), é um complemento importante para nossos produtos, oferecendo soluções parenterais de grandes volumes, sobretudo para hospitais.

*Quais as principais áreas/especialidades que são foco do Cristália?*

Já somos líderes de mercado em anestesiologia, mas também trabalhamos fortemente nas áreas de sistema nervoso central/psiquiatria, tratamento para a dor e oncologia. Esse é o cenário atual do Cristália.

*O Grupo Cristália é detentor de 94 patentes. Qual é a importância e repercussão disso junto ao mercado?*

Alcançar o recorde nacional de 94 patentes posiciona o Cristália como uma empresa inovadora, estratégica e que investe fortemente em pesquisa e desenvolvimento. Isso demonstra que estar um passo à frente não é apenas uma assinatura, mas uma realidade. 

 **CRISTÁLIA**  
*Sempre um passo à frente...*



# RETROSPECTIVA 2017 CONFIRMA A CADEIRA CATIVA DO CRISTÁLIA NO PELOTÃO DE ELITE DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

- ★ **PRÊMIO LÍDER DA SAÚDE**  
Revista Healthcare Management
- ★ **PRÊMIO LUPA DE OURO**  
Sindusfarma
- ★ **PRÊMIO BUMERANGUE E EXCELÊNCIA EM GST**  
Sindusfarma
- ★ **PRÊMIO MELHORES E MAIORES**  
Revista Exame
- ★ **PRÊMIO INOVAÇÃO BRASIL**  
Jornal Valor Econômico
- ★ **PRÊMIO AUTOMAÇÃO**  
GS1 Brasil
- ★ **ANUÁRIO VALOR 1000**  
Jornal Valor Econômico
- ★ **PRÊMIO EMPRESAS QUE MELHOR SE COMUNICAM COM JORNALISTAS**  
Centro de Estudos da Comunicação  
Revista Negócios da Comunicação
- ★ **ANUÁRIO ÉPOCA NEGÓCIOS 360°**  
Revista Época
- ★ **PRÊMIO 100 MAIS INFLUENTES DA SAÚDE**  
Revista Healthcare Management





Foto: Arquivo pessoal

## BIODIVERSIDADE BRASILEIRA... PASSADO E FUTURO

Gerson Valença Pinto | diretor técnico científico do Grupo Centroflora

**O** ser humano tem se relacionado com a natureza desde o início de sua existência de maneira instável, passando por momentos de descoberta, mas também de exploração predatória que levou à extinção de várias formas de vida e que hoje coloca o planeta em risco.

Imagino como deve ter sido o início dos tempos... O ser humano em um ambiente que pouco entendia e buscando formas de sobreviver dentro de toda a brutalidade em que a natureza se apresentava. Fascinante, misteriosa, perigosa, tudo isso ao mesmo tempo.

Com o passar do tempo, foi encontrando formas de conhecê-la, buscando alimentos para sua fome e medicamentos para cuidar de sua saúde. A natureza sempre foi a fonte mais rica de soluções para os problemas do corpo e da alma.

Mas com o aumento do conhecimento e da população, veio o desejo de domá-la como se a natureza fosse nossa propriedade e dela pudéssemos nos servir. Esse sentimento perdurou por muito tempo, e ainda perdura, sendo que o planeta pede por um novo modelo de negócio que privilegie não apenas o econômico, mas também o social e o ambiental. O mais importante é o que estamos fazendo a respeito. E aí penso na indústria em geral e sobretudo na indústria farmacêutica.

Estamos vendo ano após ano a indústria perder representatividade no PIB, o Brasil estagnado em aproximadamente 1,2% de investimento em P&D, nosso País com problemas de competitividade (posição número 80 segundo o *The Global Competitiveness Report* do *World Economic Forum*) e também nossa fraca posição no ranking global de inovação (posição número 69 segundo o *Global Innovation Index*).

Por outro lado, possuímos a maior biodiversidade do planeta, avançamos com relação à lei de acesso à biodiversidade e patrimônio genético e temos uma indústria farmacêutica muito expressiva, com alto potencial de crescimento.

Existe uma grande oportunidade de darmos um salto de inovação pela junção de três forças poderosas:

- Tamanho da indústria farmacêutica e seu potencial de crescimento
- Riqueza da biodiversidade brasileira
- Avanço da ciência

Vamos destacar cada uma delas:

A indústria farmacêutica é uma indústria importante no Brasil e tem crescido muito ao longo dos últimos anos com o avanço dos genéricos, levando medicamentos mais acessíveis à população. Também a tecnologia tem avançado muito, possibilitando maior efetividade no tratamento de enfermidades. Além disso, o aumento da expectativa de vida leva à necessidade de novas soluções de saúde para uma população que vive mais e quer viver com qualidade de vida.

A biodiversidade brasileira é um ativo ainda pouco acessado pelas indústrias, em parte pelos desafios de se operar dentro do frágil arcabouço legal da medida provisória que permaneceu em vigor até pouco tempo. Hoje temos uma base regulatória mais avançada e que tem o potencial de destravar a nossa força de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia. Temos aproximadamente 20% da biodiversidade mundial espalhada em biomas ricos e diversos e grande parte dela ainda está desconhecida.

Pensando na evolução dos tempos, nossa jornada se iniciou na floresta na sua forma mais pura, da floresta extraímos ativos isolados de plantas, rumamos daí para os laboratórios com o desenvolvimento de drogas sintéticas, dos sintéticos para os biológicos e o ciclo da evolução segue.

O importante é que um novo ciclo não precisa encerrar o anterior. Devemos, sim, resignificar o passado com as novas tecnologias e o avanço da ciência.

A complexidade dos produtos naturais sempre representou um desafio importante do ponto de vista tecnológico, tanto para identificação de sua composição química, como para elucidação de seu mecanismo de ação.

Mas o avanço da ciência, seja na análise computacional de dados, nas novas técnicas analíticas, nas técnicas de identificação de estruturas complexas, na evolução de testes rápidos, no avanço da genômica, da proteômica etc., abre perspectiva para um novo mundo. Um mundo em que podemos entender melhor a natureza e identificar potenciais rotas de tratamento terapêutico para as enfermidades que nos afligem.

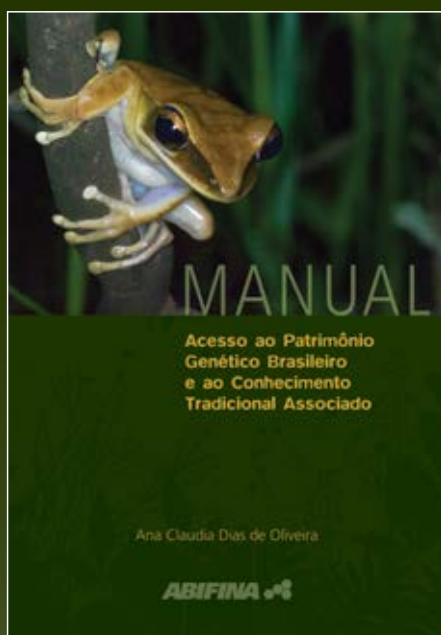
Isso levou o Grupo Centroflora a criar a empresa PhytoBios há alguns anos, que tem como missão principal o desenvolvimento de tecnologia radical em parceria com institutos de pesquisa, universidades e clientes. Por meio da biodiversidade, buscamos soluções para as grandes necessidades do ser humano visando a promover saúde e bem-estar.

É possível reverter esse cenário e colocar o Brasil no mapa dos países mais inovadores, aliando ciência, tecnologia e natureza, e tratando estes três elementos de maneira integrada e não isolada.

É preciso considerar não apenas o que o ser humano acessa da natureza, mas como ele a acessa, por meio de métodos mais sustentáveis que tragam riqueza e desenvolvimento a todos os elos da cadeia, desde o produtor, passando pelos fornecedores de insumos, pelas indústrias farmacêuticas, até chegar ao consumidor, respeitando sempre a natureza. Um modelo que inclui e não exclui!



# A ABIFINA PODE AJUDAR VOCÊ A SE CADASTRAR NO SISGEN



O Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) é a ferramenta criada pelo governo federal para que indústrias e instituições possam cadastrar dados de pesquisas e de produtos que utilizem a biodiversidade brasileira.

Para ajudar no uso do sistema, a ABIFINA lançou o Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, de autoria da consultora da entidade, Ana Claudia Oliveira. Todas as informações necessárias para efetuar o cadastro estão disponíveis no documento, que oferece um passo a passo simplificado.

E mais, o manual é periodicamente revisado para estar sempre atualizado com a legislação.

Faça o download gratuito:  
[www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

REALIZAÇÃO

**ABIFINA** 

PATROCÍNIO

**Finep**  
50 anos MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**BRASIL**  
2023 



Foto: Arquivo pessoal

## DELFIN NETTO “A IDEIA DE LIVRE MERCADO É UMA ESTUPIDEZ”

**A** declaração taxativa do economista Delfim Netto reforça o que a ABIFINA defende há décadas: somente um Estado forte pode conduzir o crescimento sustentável do Brasil. O professor da Universidade de São Paulo (USP) foi ministro da Fazenda dos governos Costa e Silva e Médici, período em que planejamento econômico era regra. Hoje ele percebe que voltar a essa realidade é quase impossível. “Não temos poder para fazê-lo. O poder foi dissipado, distribuído, de tal jeito que não tem como coordenar um programa”, declara. Para Netto, o País vem adotando opções erradas há 30 anos. Mesmo o Plano Real, que apesar de ter acabado com a inflação, investiu na receita errada, com a combinação de câmbio e juros elevados, condições de morte para a indústria nacional. Agora, para voltar ao caminho do crescimento, o Brasil precisa encontrar consenso sobre como equilibrar investimento e consumo, conforme alerta o professor.

*Como o senhor vê o atual cenário institucional do Brasil?*

É óbvio que o problema é o Brasil saber o que quer ser. O País perdeu a perspectiva de longo prazo. Há 30 anos a relação entre a renda per capita do Brasil e a do mundo vem piorando dramaticamente. Na maioria das nações, quando você tem um regime parlamentarista, Executivo e Legislativo não se distinguem. Só nas repúblicas como Brasil e EUA, que são os dois casos mais notáveis, se tem uma federação de estados em que o Executivo e o Legislativo, como na concepção de Montesquieu, são independentes, harmônicos, junto com o Judiciário. Mas essa ligação não deve ser um troca-troca. Ou você tem um programa e uma maioria para executá-lo ou você não tem nada. O problema do Brasil é que você tem muitos diagnósticos e nenhum poder para executar qualquer um deles, de forma que estamos frequentemente entrando em um caminho errado. Aqui é como o Asno de Buridan: cada um puxa para um lado e não consegue comer a alfafa.

*Podemos considerar que se trata de uma questão ideológica?*

A ideologia talvez tenha um pequeno papel nesta divergência de opiniões e objetivos. Mas o fundamental é que só existe um caminho para o desenvolvimento. Um Estado forte, constitucional e capaz de controlar os mercados. Pois você quer desenvolvimento com

liberdade, iniciativa, capacidade de se apropriar do seu trabalho e uma relativa igualdade.

Liberdade e igualdade não são inteiramente compatíveis. Mas para gozar de liberdade e igualdade é preciso ter eficiência na produção de sua subsistência material. Quanto menos horas você tem para produzir sua subsistência, mais horas você tem para realizar a sua humanidade. Por isso, é preciso um sistema eficiente. E o homem não descobriu nenhum outro sistema mais eficiente do que os mercados. Agora, o mercado tem restrições. Funciona razoavelmente se for competitivo, se não houver conhecimentos privilegiados. Por isso é preciso um Estado forte, que regule o mercado, principalmente o financeiro.

### *Quais seriam as medidas fundamentais para o Brasil implantar um planejamento de longo prazo?*

Não temos poder para fazê-lo. O poder foi dissipado, distribuído, de tal jeito que não tem como coordenar um programa. É preciso convencer a sociedade de que a execução de um programa exige um mínimo de consenso. É isso que a eleição deveria produzir. Quem ganhou no segundo turno deveria conduzir esse programa. A sociedade é quem vai escolher.

Os candidatos deveriam ter uma concepção de Brasil e propostas para os próximos 20 ou 30 anos. Porém, isso é um pouco de ilusão. Nem o eleitor tem essa racionalidade. Veja o seguinte. A última eleição foi uma mentira que dá medo. Foi um estelionato brutal, como tem sido em todas as eleições. Então, o Brasil não carece de concepção. Tem muitas concepções, por isso não executa nenhuma. O Brasil é um país de projetistas e não de executores.

Vínhamos caminhando bastante bem, o Temer tinha imposto uma espécie de parlamentarismo de ocasião que conseguiu aprovar coisas quase impossíveis. Depois houve a tragédia com a delação da JBS, dando a impressão de um complô, e atrapalhou tudo isso. Acredito que o Temer tenha tempo agora de fazer a reforma da Previdência. Ele vai fazer força e nós deveríamos dar suporte para ele.

Uma coisa é segura: não há nada que resista à aritmética. O País está gastando 60% da receita somente com salário e Previdência. Ou seja, é um Estado autofágico, que recolhe todos esses recursos e sua primeira prioridade é sustentar uma casta de altíssimos funcionários com custos gigantescos. E a coisa mais grave é que o governo não consegue convencer o pobre do trabalhador de que é preciso fazer o limite de 65 anos. Falta a transmissão desse conhecimento.

Porém, no regime democrático, você erra, mas pode corrigir. Acho que não vamos repetir a brincadeira de 2014, porque aprendemos. O que vem ninguém sabe, mas é certo que as tolices feitas não vão ser repetidas. Os últimos quatro anos mostraram que existem restrições físicas que não podem ser violadas. O País precisa de um equilíbrio entre

o crescimento do investimento e o do consumo. Se você insiste no crescimento só com investimento, ele murcha, pois não tem consumo. Se insiste só no consumo, ele murcha, pois não terá investimento.

### *Economistas neoliberais dizem que o Estado deveria deixar o mercado livre para ação do setor privado. O senhor acredita que a "mão invisível" do mercado funciona sem a "mão visível" do Estado?*

Essa ideia de livre mercado é uma estupidez. O mercado precisa da propriedade privada para funcionar e quem garante a propriedade privada é o Estado. Quem pensa desse jeito realmente é míope. Não existe mercado sem propriedade privada. E não existe propriedade privada sem um Estado forte para garanti-la.

A democracia é um instrumento muito interessante, pois permitiu que a maioria, o trabalho sem capital, se pusesse em paridade de poder com o capital. Na urna, não importa se você é ou não capitalista, você tem um voto. Quando essa maioria tem um controle, por que não acaba com a propriedade privada e, portanto, com tudo isso? Pois a história das sociedades desenvolvidas mostra que o desenvolvimento é um processo de ganha-ganha. A interação entre o trabalho vivo e o capital é produtivo.

O que é o capital? É o trabalho morto que está cristalizado. O que é um trator? É o trabalho vivo anterior, que virou um trator. Mas quando ele é usado pelo trabalho vivo e novo, aumenta a produtividade. Na medida em que você aumenta a quantidade de bens de capital por unidade de trabalho capaz de operá-los, você tem um ganho de produtividade. Então esse processo é que produz desenvolvimento, que consiste apenas nisto: aumento da produtividade do trabalho.

### *Como o contexto de hoje afeta a indústria?*

O setor industrial foi destruído. Em 1980, o Brasil tinha a indústria mais sofisticada do mundo emergente. Hoje tem uma indústria atrasada, provavelmente seu equipamento tem 12 ou 15 anos de vida. Estamos andando para uma indústria 4.0 e ainda devemos estar na indústria 1.5. Essa indústria foi destruída por uma política consciente que usou o câmbio como instrumento de combate à inflação e que usou taxa de juros elevadíssima para sustentar esse câmbio. Ampliou a carga tributária de forma gigantesca e eliminou o desconto do imposto da exportação. Quer dizer, fizemos tudo errado. Nos últimos 30 anos, o Brasil cometeu erros mortais.


O Plano Real foi uma pequena joia que reestabeleceu o que parecia impossível, acabou com a inflação. Mas do ponto de vista do crescimento é um fracasso monumental. O Brasil cresce hoje 1/3 do que cresce o mundo emergente. Ou seja, o País perdeu a velocidade do crescimento. Cometemos diversos erros e hoje estamos numa situação difícil, pois a posição fiscal é muito mais dramática do que as pessoas pensam. 



Foto: André Talleis



Foto: Marcos Ribolli

## PROBLEMAS ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NACIONAL NOS PRÓXIMOS ANOS

Dante Alario Jr. e Marcio Falci | respectivamente presidente técnico científico da Biolab Farmacêutica e assessor para a Presidência Científica da empresa

**A** Humanidade, e as diversas culturas que a compõem, na atualidade passam por um estágio importante da sua história, estágio de transformações similares às ocorridas quando do surgimento da economia agrícola e, depois, da economia industrial. Este novo estágio civilizatório apresenta características específicas e de enorme impacto para os diversos países e diferentes culturas. Os grandes avanços tecnológicos, a forte urbanização, o crescimento e envelhecimento populacional e a velocidade com que tais fatores se desenvolvem impedem uma adequada adaptação cultural e geram enorme insegurança política, jurídica, ética e moral.

Como não poderia deixar de ser, a indústria farmacêutica passa pelos mesmos desafios, com outro parâmetro importante que influencia seu desenvolvimento, ou seja: trata-se de um setor da economia de vital importância e que, por isso, é altamente regulado.

Em particular o Brasil, por sua enorme diversidade geográfica, política, econômica e populacional e por ser um país relativamente novo quando comparado aos demais ditos desenvolvidos, apresenta desafios específicos que devem ser rapidamente resolvidos, em um ambiente cultural inóspito para que tal aconteça.

Como integrar a necessidade de adaptação da indústria aos conceitos, processos e maquinários da chamada indústria 4.0 em uma economia com forte intervenção estatal e enorme defasagem jurídica, altamente burocratizada dentro de um setor naturalmente de elevada regulação?

O que propor para corrigir uma infraestrutura caótica e carente dos mínimos requisitos?

Como enfrentar a necessidade de capacitação dos indivíduos que são os alicerces de nossas indústrias

para enfrentar os desafios de gestão, conhecimento, adaptação tecnológica e capacidade produtiva que a nova administração exige? Através da meritocracia e obtenção cada vez mais rápida de resultados.

Como planejar o futuro do setor e de cada indústria a médio e longo prazos em um país que não tem planejamento estratégico de Estado, além de ser altamente burocrático e paternalista?

Essas e outras indagações que são pertinentes devem fazer parte de um programa de governo.

Quais são então os desafios que existem e devem ser enfrentados pelo setor farmacêutico em razão deste panorama?

Estímulo à inovação em seu sentido amplo para as indústrias de capital genuinamente brasileiro. Justifica-se essa prioridade pois é o caminho a ser seguido para o aumento da produtividade, da competitividade industrial nacional e da diminuição de nossa dependência de produtos importados na área químico-farmacêutica. Então, o que realizar?



## SUPORTE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os mecanismos para tanto já existem do ponto de vista econômico-financeiro, mas devem ser melhor adequados e aumentados em relação a montantes e maior participação dos agentes financeiros no risco de quem inova.

## REDUÇÃO DA BUROCRACIA

Na importação de bens relacionados a pesquisa e desenvolvimento, bem como redução dos impostos para o pagamento de serviços relacionados diretamente ao desenvolvimento de produtos inovadores, em especial aqueles relacionados ao pagamento de serviços no exterior. Permitir que tais serviços possam ser pagos com recursos incentivados obtidos junto a bancos ou instituições de fomento governamentais.

## NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Estimular o debate nacional que visaria à redução dos obstáculos no relacionamento das universidades e instituições de pesquisas com as indústrias.

Estimular a criação de incubadoras e startups de base tecnológica no âmbito da indústria farmacêutica, incentivando e colaborando com iniciativas realizadas por entidades tipo Fiesp e Fapesp, no estado de São Paulo.

## NA ATIVIDADE REGULATÓRIA

Buscar alterações na área regulatória visando ao estímulo às empresas inovadoras nacionais.

Abolir a exigência de licitação pública para a transferência tecnológica das universidades para a indústria.

Retornar a análise de patentes farmacêuticas somente para o âmbito do INPI.

Eliminar ou estabelecer nova política de controle de preços para os medicamentos, mais racional e que estimule as indústrias nacionais a investir em inovação.

Facilitar o acesso da nossa indústria aos produtos de nossa biodiversidade, seja por parte das instituições de pesquisas, seja pela indústria.

## CAPACITAÇÃO DE PESSOAS

A capacitação deve ser direcionada a preparar o indivíduo para a indústria do futuro, objetivando o estudo de programação para emprego na robótica, criação de al-

goritmos para uso com recursos de inteligência artificial, internet das coisas etc. Nesse contexto, não devemos nos esquecer do papel fundamental das instituições de ensino públicas e privadas.


## DESBUROCRATIZAÇÃO

Este é talvez um dos itens de maior importância para incentivar nossa produtividade e competitividade. Apenas um exemplo para mostrar o tamanho de um dos vários obstáculos burocráticos que a indústria enfrenta: o Brasil tem necessidade de participar mais ativamente da realização de pesquisas clínicas com novos medicamentos desenvolvidos no País e no exterior. No entanto, os processos de aprovação e a burocracia a serem enfrentados são muito grandes, atrasando ou impedindo a realização de várias delas. Não resta dúvida de que isso acarreta uma grande insegurança para o projeto de desenvolvimento de novos produtos.

Esse problema chegou ao parlamento brasileiro e encontra-se em tramitação na Câmara Legislativa do Brasil (Projeto de Lei nº 200, de 13 de março de 2017). A proposta de lei dispõe sobre os princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisa clínica com seres humanos por instituições públicas e privadas e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos. Toda essa regulamentação já existe por parte da Anvisa e da Conepe, mas não atende à demanda, dentro de prazos adequados à necessidade do setor. Em resumo, ao contrário de outros países onde essa atividade é normatizada por agências reguladoras do tipo de nossa Anvisa, no Brasil ela seria regulada através de lei específica. Ou seja, para tentar resolver esse problema que é político-burocrático, CRIA-SE UMA NOVA LEI.

Isso significa o engessamento de assunto e atividade que sofre variações decorrentes dos avanços tecnológicos e éticos que a ciência nos traz. Não sem motivo a **Declaração de Helsinque**, que é um conjunto de princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos e foi redigida pela Associação Médica Mundial em 1964, apresenta atualizações periodicamente. Essa lei será, portanto, um futuro entrave para o desenvolvimento da indústria farmacêutica, em especial a de capital nacional.

A indústria, através de seus órgãos de classe, deveria lutar para que novas normativas no setor de saúde sejam realizadas em conjunto com e para o setor regulado.

Todas essas medidas, se implementadas de forma coordenada por órgãos de governo e entidades representativas do setor farmacêutico, deveriam ser o passo inicial para o desenvolvimento mais rápido de nossa indústria nacional de pesquisa. 



## MATÉRIA POLÍTICA QUE BRASIL QUEREMOS?

**A** política econômica desenvolvimentista praticada no País ao longo dos últimos 15 anos tem sido criticada por diversos ângulos. Sua baixa eficácia resultou não apenas de fatores conjunturais, como falhas de gestão nos programas governamentais, mas também, e principalmente, de fatores estruturais, como a resistência burocrática de amplos segmentos do poder público contra inovações voltadas para incentivar a indústria nacional. Esse quadro favoreceu a percepção do Estado como um obstáculo ao desenvolvimento e abriu espaço para a recente guinada no rumo da nossa política econômica. Nesta reportagem, em que economistas e executivos da indústria de química fina analisam o cenário atual, uma questão sobressai: ao reduzir a intervenção do Estado na economia, o atual governo estará, efetivamente, abrindo para o Brasil oportunidades de crescimento? O fato, visível e preocupante, é que a desarticulação dos mecanismos públicos de alavancagem da indústria não deu lugar, até o momento, a um projeto alternativo de desenvolvimento nacional.

### A RETRAÇÃO DO ESTADO

O economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor e diretor da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), faz uma análise otimista do momento atual, embora admita que a economia brasileira ainda enfrenta o difícil desafio de superar a crise. “Os indicadores mais recentes de produção, consumo e emprego denotam que o pior já passou e lentamente temos o início de uma tênue recuperação. A crise foi intensa nos últimos dois anos. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 3,8% em 2015, mais 3,6% em 2016, acumulando uma queda de 7,2% nos dois anos. Teremos um muito provável crescimento de 0,5% em 2017. Mas o nível de investimento atual é cerca de 30% inferior a 2014, o que revela a grandeza do desafio”.

A queda da inflação, segundo o professor, é um indicador positivo. “Depois de atingir mais de 10% ao ano em 2015, reduziu-se para 6,3% em 2016 e deve fechar 2017 com cerca de 3%. Além do efeito da crise econômica dos últimos anos,

tivemos uma revalorização do real em 2016 e o impacto da excelente safra agrícola que, favorecida por fatores climáticos positivos, reduziu os preços dos alimentos. A queda da inflação abriu espaço para a baixa das taxas básicas de juros, que foram reduzidas em 6,75 pontos percentuais para 7,5% ao ano. Trata-se de um nível muito próximo aos mais baixos do histórico brasileiro, mas essas taxas são ainda elevadas para padrões internacionais”.

Contudo, indicadores monetários positivos não bastam para garantir sustentabilidade à política econômica brasileira. Corrêa de Lacerda acredita que as eleições gerais de 2018 representam uma boa oportunidade de aprofundar o debate sobre esse tema e, mesmo considerando que época de eleições costuma gerar turbulência no mercado, decorrente das especulações sobre possíveis mudanças, aponta fatores que devem amenizar esses impactos. “As contas externas seguem com um quadro bastante positivo. O País conta com reservas cambiais, da ordem de US\$ 380 bilhões, e vem registrando expressivo ingresso de investimentos diretos estrangeiros, em torno de US\$ 75 bilhões ao ano, que praticamente não foram afetados pela crise. A desvalorização do real ocorrida nos últimos anos, assim como o efeito da crise econômica, diminuiu o custo do investimento em dólares. Isso, aliado a uma expectativa de recuperação da economia, tem impulsionado os projetos novos e as transferências patrimoniais, via fusões e aquisições de empresas”.

Por outro lado, afirma o professor, “a aposta em que o resgate da confiança pudesse estimular a realização de investimentos e produção não tem dado resultado. Embora a confiança seja importante, ela por si só não garante um ambiente promissor para estimular a produção, o consumo e os investimentos. As empresas não tomam decisões apenas levando em conta o grau de confiança, mas a expectativa de desempenho futuro da economia”.

Outro problema análogo, em sua opinião, está na falha de diagnóstico e de estratégia na política econômica. “É preciso que o governo federal adote medidas de política econômica para incentivar as atividades. O primeiro ponto importante é o papel do Estado e dos investimentos públicos. Em um quadro de crise, os investimentos públicos, assim como o papel do Estado de forma geral, deve ser anticíclico, ou seja, deve se contrapor à restrição de gastos das empresas e famílias. Ao contrário do discurso governamental utilizado como argumento para aprovação, no final do ano passado, da Emenda Constitucional (EC) nº 95, que fixou um teto para os gastos públicos, o Estado não pode agir como uma empresa ou família, porque tem obrigações que lhe são próprias”.

Além do incremento do investimento público, Corrêa de Lacerda considera necessário criar condições favoráveis ao investimento, produção e consumo privados. “Isso requer adotar medidas estimuladoras. Adicionalmente à aceleração da queda da taxa de juros reais, é importante fazer com que ela se reflita na queda da taxa de juros no crédito às empresas e às pessoas físicas, dentre outras ações”.

No entanto, o governo federal agiu na direção contrária ao criar a Taxa de Longo Prazo (TLP) referenciada à taxa das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs) nos financiamentos concedidos à iniciativa privada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em substituição à atual Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo o professor, a medida alterará substancialmente o mecanismo de crédito ao setor privado, “na prática significando um retrocesso”.

**“DIANTE DA AUSÊNCIA DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO PRIVADO NO BRASIL, O BNDES SEMPRE EXERCEU UM PAPEL PREPONDERANTE. EMBORA SEJA SAUDÁVEL ESTIMULAR INSTRUMENTOS DE MERCADO PARA REDUZIR A DEPENDÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS, É PRECISO LEVAR EM CONTA A INEXISTÊNCIA DE UM MERCADO PRIVADO QUE OFEREÇA RECURSOS COMPATÍVEIS COM A RENTABILIDADE DOS PROJETOS”**

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

Garantir crédito e financiamento às empresas e consumidores a taxas de juros compatíveis com a rentabilidade da atividade produtiva e capacidade de pagamento dos tomadores é uma condição fundamental para a retomada do crescimento, adverte Corrêa de Lacerda. “No âmbito empresarial, diante da ausência de crédito de longo prazo privado no Brasil, o BNDES sempre exerceu um papel preponderante nessa área. Embora seja saudável estimular instrumentos de mercado para reduzir a dependência dos recursos públicos, é preciso levar em conta a inexistência de um mercado privado que ofereça recursos compatíveis com a rentabilidade dos projetos”.

Um dos argumentos dos que defendem a alteração ocorrida é o de que a prática implicava uma espécie de subsídio. De fato, afirma o professor, “do ponto de vista fiscal *stricto sensu* e de curto prazo, o diferencial entre Selic e TJLP significa um subsídio, principalmente se considerarmos as taxas praticadas atualmente. No entanto, considerando que o financiamento de projetos é de longo prazo e que há um efeito multiplicador dos investimentos realizados, a tese do ‘subsídio’ não se sustenta”.

Já sob o ponto de vista da competitividade, acrescenta o professor, “a TJLP não representa qualquer subsídio, simplesmente porque nossos concorrentes internacionais gozam de financiamentos a taxas de juros menores do que ela. Nos 65 anos de existência do BNDES, o diferencial representado foi e tem sido determinante para o papel do financiamento público no desenvolvimento brasileiro. Os desembolsos do banco, que durante anos apresentaram contínuo crescimento, tiveram expressiva redução”.

É preciso viabilizar uma nova fase de crescimento econômico, para a qual o financiamento é fundamental, salienta Corrêa de Lacerda, destacando que o papel representado pelo financiamento dos bancos públicos é insubstituível no curto prazo. “Dadas as condições desfavoráveis oferecidas pelo mercado privado – escassez de recursos, exigência de contrapartidas e elevadas taxas de juros praticadas –, ele não representa uma alternativa viável para suprir as necessidades de financiamento de longo prazo para os setores produtivos e a infraestrutura”.

## **“A PARALISIA POLÍTICA EM QUE NOS ENCONTRAMOS ESTÁ CONDENANDO A INDÚSTRIA A UM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, NA MEDIDA EM QUE NÃO SE CONSEGUE ESTABELECEER UM CONJUNTO ARTICULADO DE POLÍTICAS QUE PERMITAM ALGUM CAMINHO DE REESTRUTURAÇÃO POSSÍVEL”**

DAVID KUPFER

Para David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma análise acurada dos rumos da economia brasileira deve levar em conta o processo de desindustrialização e seus efeitos colaterais. “A indústria enfrenta uma crise de longa duração, cuja origem pode ser datada no início da década de 1980, quando se dá o esgotamento do modelo de substituição de importações, em vista da crise causada pelos problemas do financiamento do balanço de pagamentos. A dificuldade de se lidar com a crise cambial e a escassez de divisas nesse período levaram à adoção de medidas macroeconômicas ineficazes, gerando um período de estagnação que colocou a indústria em atraso tecnológico”.

Kupfer chama atenção para o agravamento do descompasso brasileiro em relação ao ritmo da inovação industrial no mundo. “O sistema industrial brasileiro, que vinha de um período

favorável em matéria de diversificação estrutural e de modernização, rapidamente se tornou tecnologicamente obsoleto. Contribuiu para isso o fato de que os anos 1980 foram de grande dinamismo e transformação da indústria mundial, particularmente no que diz respeito às formas de organização da produção e de divisão de trabalho entre empresas ao longo das cadeias produtivas. Foi um período de mudanças tecnológicas muito importantes, fortemente potencializadas pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, tanto no hardware quanto no software, setores esses que o processo de industrialização brasileiro não havia conseguido incorporar. A indústria brasileira, por ter enfrentado esse período de mudança na indústria mundial em quadro de crise, se defasou acentuadamente nesse aspecto, tendo preservado um modelo de organização ainda muito baseado nos fatores relevantes da era anterior, que diziam respeito à capacidade de verticalização das empresas, da integração produtiva para frente e para trás”.

Na avaliação do pesquisador, “chegamos à década de 1990 com uma experiência de abertura desastrosa e uma condução inadequada de políticas que favorecessem a incorporação de tecnologias sem prejudicar o tecido industrial. Isto criou um quadro difícil para a sobrevivência e a reprodução da atividade industrial no Brasil. Com o Plano Real, surge um modelo de estabilização que veio apoiado, fundamentalmente, numa âncora nominal e numa âncora cambial, ou seja, taxas de juros elevadas e taxas de câmbio apreciadas, combinação esta extremamente hostil à atividade industrial. E isso deprimia a rentabilidade da indústria, a capacidade de investimento em novos ativos produtivos e mais ainda em inovação que permitissem, pelo menos, a manutenção da distância em relação à fronteira internacional. A indústria brasileira passa a acumular um hiato crescente de produtividade que vai prejudicando a sua capacidade competitiva”.

O processo de privatização e mudança do modelo de construção e gestão da infraestrutura no Brasil ocorrido nos anos 1990, na opinião de Kupfer, “produziu muitos desacertos e custos de transição que não foram resolvidos até hoje, e que foram condenando nossa estrutura a um processo lento e gradual de encarecimento, perda de qualidade, de confiabilidade e outros problemas. A indústria é muito sensível aos custos relacionados a logística, energia e demais custos infraestruturais. Além do problema causado pelo atraso tecnológico, do ponto de vista de produtividade e inovação, ainda se somam os custos sistêmicos de uma infraestrutura incapaz de prover essa competitividade para a indústria. Tudo isso cria um quadro negativo para a sobrevivência e a reprodução da atividade industrial, que prevalece há 30 anos. O modelo de estabilização econômica permanece baseado nesse *mix* de juros altos e câmbio apreciado, a infraestrutura continua sendo disponibilizada a preços crescentes, e tudo isso gera um déficit de competitividade que não se consegue resolver de forma satisfatória. A indústria se vê obrigada a rodadas sucessivas de desadensamento e, para sobreviver, precisa trocar a produção pela importação – produção de insumos por importação de insumos, produção de máquinas por importação de máquinas”.

O que é grave e preocupante, no entender do pesquisador, é o fato de estarmos em crise novamente durante um período de inovação muito importante na indústria mundial, “algo que está reproduzindo um pouco a situação dos anos 1980. O mundo está se transformando com muita velocidade, por uma nova geração de tecnologias de comunicação e informação, não exatamente as mesmas de 30 anos atrás, mas com impactos semelhantes, como ocorre com a Inteligência Artificial, a comunicação máquina-máquina etc. E mais uma vez o Brasil está parado num momento crítico, agora mais do que nunca. A paralisia política em que nos encontramos está condenando a indústria a um processo de envelhecimento, na medida em que não se consegue estabelecer um conjunto articulado de políticas que permitam algum caminho de reestruturação possível. Não há renovação da indústria porque não há investimento, formação de capital, incorporação de capital novo mais atualizado tecnologicamente”.

Kupfer vê um círculo vicioso se formando. “Trinta anos de ambiente econômico hostil produziram, como resultado, um padrão de evolução em que a indústria se vê obrigada a cortar custos permanentemente, como num processo de enxugar gelo. A necessidade de sobrevivência leva ao imperativo da redução de custos e, como não há condições de se obterem ganhos reais de produtividade e de inovação, o que sobra para as empresas é simplificar produtos, substituir insumos por outros de menor custo, reduzir especificações nesses produtos. Enfim, é uma eterna busca de redução dos custos de produção a partir de medidas tópicas, pontuais, o que chamo de armadilha do baixo custo”.

O que determina a situação da indústria é sempre sua posição relativa frente aos competidores internacionais, lembra Kupfer, e sob esse ângulo o cenário é ainda mais preocupante. “O sistema asiático de produção, ao contrário do brasileiro, tem se mostrado fortemente progressista, vai ganhando competitividade e escala. A China é o principal exemplo, mas sem desconsiderar os demais países asiáticos que, de algum modo, cooperam para a obtenção dessa competitividade. Relativamente, a indústria brasileira vai se tornando cada vez menos competitiva e essa estratégia de foco no baixo custo mostra-se cada vez menos capaz de gerar as respostas necessárias para a retomada das condições de competição com os principais concorrentes asiáticos, daí a ideia de uma verdadeira armadilha”.

As exceções nesse processo de perda de competitividade concentram-se, segundo Kupfer, “naqueles setores em que o Brasil tem recursos abundantes e muito baratos, e onde, por desenvolvimentos tecnológicos anteriores, se conseguiu estruturar a produção com grande eficiência: segmentos do agronegócio, como a soja, ou da indústria extrativa, como o minério de ferro, e mais recentemente o petróleo, embora este venha enfrentando problemas diversos. Esses setores têm capacidade de resposta, estão na fronteira da competitividade e conseguem avançar. Mas a indústria manufatureira propriamente dita está perdendo

posição relativa. Não à toa, a participação da indústria brasileira no mundo vem recuando sensivelmente. Temos que pensar nas formas possíveis de quebrar a armadilha do baixo custo, porque esse tipo de comportamento não permite que a indústria dê o salto necessário para recompor suas condições de competitividade. A armadilha do baixo custo é a principal razão do processo de desadensamento na indústria, que reduz oportunidades de ganho de produtividade e eficiência e aumenta a necessidade de redução de custos. É um círculo vicioso”.

## **“A ABSOLUTA FALTA DE COERÊNCIA E ISONOMIA CAUSADA PELA INÉRCIA DA AUTORIDADE REGULATÓRIA NÃO SÓ FERRE A LEI. TAMBÉM DESTRÓI O ESPÍRITO EMPREENDEDOR, FOMENTA A CONCORRÊNCIA DESLEAL E INIBE O INVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO”**

*JOSÉ CORREIA DA SILVA*

A condição para o País sair dessa armadilha, de acordo com o pesquisador, é “reunir as condições para um *big push* capaz de promover uma grande onda de investimentos, simultaneamente na renovação do equipamento de produção e na infraestrutura, para que se consiga ter uma mudança no patamar de custos que permita a recuperação das condições de competitividade. É preciso, primeiro, construir o circuito da inovação na indústria brasileira. Não há incentivo para buscar a inovação porque isto requer imobilização de capital de alto risco e as empresas são avessas a risco, em função do custo de capital muito elevado e da taxa de câmbio apreciada. Precisamos das políticas de inovação que todos defendem, mas que não serão suficientes se não estiverem acompanhadas de uma mudança no modelo macroeconômico que permita um ciclo longo de taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas. Precisamos também da correção das distorções microeconômicas que o regime competitivo carrega no Brasil – tributárias, tarifárias, custos sistêmicos de infraestrutura e tudo aquilo que compõe o chamado custo Brasil”.

David Kupfer está convicto de que essa grande onda de investimentos é indispensável para se conseguir um verdadeiro salto de reemparelhamento da indústria brasileira. “Isto significa construir um novo modelo de financiamento capaz de permitir que os recursos financeiros hoje empoçados no mercado de capitais voltem a fluir para o sistema produtivo, para transformar a estrutura produtiva e permitir que ela possa trabalhar num novo nível de produtividade e com mais inovação para restaurar a competitividade perdida”.

## EXPECTATIVAS DA INDÚSTRIA

Diante de recentes alterações regulatórias no comércio internacional e da mudança de diretrizes econômicas no Brasil, a indústria de química fina instalada no País busca pontos de apoio para atravessar a crise. De acordo com Regis Barbieri, vice-presidente da Nortec Química, “o setor farmacêutico e farmoquímico no Brasil vive hoje um hiato entre a oportunidade do que podemos ser e a necessidade do que precisamos fazer. Não podemos acreditar que uma simples ação irá mudar a posição do setor como um todo. O conjunto de ações interrelacionadas passa pela compreensão da disponibilidade de insumos na cadeia de química base, estrutura de custos dos produtos, importações e exportações, necessidades e custos regulatórios, qualidade, cadeia de impostos, logística, custo de mão de obra, custo de capital para investimento, formação de novos profissionais, inovação, políticas públicas de incentivos, crescimento estratégico, desenvolvimento de tecnologia nacional e administração de risco, entre outras”.

**“A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA CARA, COMPLEXA E COM MUITAS DISTORÇÕES, ASSOCIADA AO ALTO CUSTO DE PRODUÇÃO LOCAL, SÃO OS PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O DESINTERESSE NA PRODUÇÃO EM SOLO BRASILEIRO, E ESTIMULAM AS EMPRESAS A BUSCAREM AS SOLUÇÕES PARA SEUS PROBLEMAS DE RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS”**

JOÃO SERENO LAMMEL

O executivo destaca a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), instituída em 2010, como uma das importantes iniciativas voltadas para melhorar a competitividade da indústria nacional tendo o Estado como indutor econômico. “A função da PDP vai além da redução imediata do custo de medicamentos. Prover e ampliar o acesso do cidadão através da redução de preços é um propósito que deve ser respeitado, porém não podemos desconsiderar que parte fundamental da política é a transferência de tecnologia e a estruturação do parque fabril nacional, promovendo redução da dependência externa em medicamentos estratégicos.”

Outro fator a ser considerado numa avaliação do potencial competitivo do setor, segundo Barbieri, é a mudança do ambiente regulatório internacional. “Em meados de 2010,

autoridades sanitárias como a FDA (EUA) emitiram uma crescente quantidade de alertas (*warning letters*) para diversos fabricantes do mundo, especialmente na Índia, abordando temas como Integridade de Dados. Multas superiores a US\$ 500 milhões (caso Ranbaxy Laboratories) foram emitidas pela FDA, alterando o modo pelo qual os países desenvolvidos tratam a fabricação de insumos farmacêuticos ativos. Nos últimos cinco anos, mais de 44 fabricantes indianos tiveram seus produtos banidos e fabricantes chineses também têm enfrentado problemas relativos à alteração de dados (caso Zhejiang Hisun)”.

As mudanças não param aí, observa o executivo. “A propósito da disponibilidade de insumos farmacêuticos no mundo e da aplicação de normas ambientais, recentes operações diretas do governo chinês causaram o fechamento de parques fabris que alimentavam a cadeia de química base necessária à fabricação de IFAs. Como resultado das recentes inspeções, mais de 80 mil fábricas foram multadas, causando um choque de preços e de oferta no mercado que tem alterado significativamente a disponibilidade desses produtos. Estima-se que 40% das fábricas da China terão algum tipo de problema de falta de insumos e serão fechadas em algum momento pelas autoridades ambientais”.

Para o vice-presidente da Nortec, a recente associação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao *International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use* (ICH) abre caminho para o Brasil se posicionar como um importante *player* internacional no setor farmoquímico. “A conformidade das normas nacionais com padrões internacionais possibilita a entrada direta do Brasil em outros mercados, porém é importante levar em consideração o impacto dessas mudanças regulatórias na estrutura de custos, implicações econômicas e tempo necessário para o setor regulado efetuar os ajustes requeridos. É importante a Anvisa entender que sua capacidade de normatização é muito mais rápida do que a capacidade de adequação das empresas. É imprescindível, ainda, que a indústria nacional encontre na autoridade regulatória proximidade e amparo legal para que as regras operem segundo princípios de universalidade, homogeneidade, isonomia e equanimidade de condições entre fabricantes de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) nacionais e estrangeiros. Sem a aplicação desses princípios, o ambiente competitivo pode se tornar altamente desfavorável à indústria nacional”.

Isonomia regulatória é também a preocupação central do presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi), José Correia da Silva, dadas as peculiaridades desse segmento. “Dos elos da cadeia de produção farmacêutica, a fabricação de IFAs – independentemente da tecnologia aplicada (síntese, extração, biotecnologia ou a mescla de duas ou mais destas técnicas) – é, seguramente, das mais sofisticadas e reguladas por um variado número de autoridades governamentais de todos os níveis. Na sofisticação e na regulação residem a força e a fragilidade do segmento farmoquímico

no que tange ao desenvolvimento de um parque fabril com protagonismo nacional e internacional. Força porque se trata de uma atividade, no mais das vezes, crítica e perigosa, embasada numa ampla gama de conhecimentos técnicos (química, biologia, farmacêutica, engenharia, mecânica, eletrônica) que só se solidificam ao longo de anos de treinamento e disciplina. Para atender aos pressupostos das exigências regulatórias de autoridades e clientes, ela só sobrevive se inserida num ambiente que valoriza e usufrui desta capacitação.”

A fragilidade, por sua vez, manifesta-se “quando a produção local, atendendo aos pressupostos discriminados, compete com produtores externos que não estão submetidos às mesmas regras e escrutínio. A fragilidade se dá pela inércia da autoridade regulatória que, ao mesmo tempo, fiscaliza correta e ferozmente a fabricação local no que concerne às Boas Práticas de Fabricação e Controle, à qualidade e eficácia dos IFAs; e por outro lado, num extremo de liberalidade perigosa e incompreensível, pouca ou nenhuma fiscalização exerce sobre IFAs fabricados em condições desconhecidas.”

Para que o Brasil tenha uma indústria de insumos farmacêuticos alinhada com seu parque produtivo de medicamentos faz-se necessário, segundo Correia da Silva, “cumprir a lei que determina que a regulação sanitária incida também sobre os insumos importados, tal qual ocorre nos EUA, Europa e Japão; ou, se queremos um exemplo doméstico, tal qual ocorre na própria indústria de medicamentos. Cumprida esta simples e comezinha etapa, o mercado local, por seu tamanho e variedade de produtos e processos na fabricação de medicamentos, se tornará atrativo para investimentos e tecnologias que só vicejam em ambiente de regulação segura e previsível”.

Na indústria agroquímica, as principais queixas dizem respeito ao tratamento tributário. Na opinião de João Sereno Lammel, conselheiro da Ourofino Agrociência, “a estrutura tributária cara, complexa e com muitas distorções, associada ao alto custo de produção local, são os principais fatores que contribuem para o desinteresse na produção em solo brasileiro, e estimulam as empresas a buscarem as soluções para seus problemas de rentabilidade e produtividade além das fronteiras nacionais. Problemas de competitividade também são enfrentados diariamente, e aqueles que crescem e exportam são os que conseguem manter uma administração interna eficiente, incluindo um bom gerenciamento das variáveis de câmbio e juros”.

Na área de defensivos agrícolas, Lammel afirma que essa situação é uma constante. “As indústrias estrangeiras buscam prioritariamente produtos fabricados em suas matrizes, aproveitando-se das distorções e desincentivos da indústria brasileira. Estamos enfrentando um cenário complexo, porém o agronegócio, de maneira ampla, continua se consolidando como um dos principais motores do País”. Para o Brasil retomar o desenvolvimento, segundo ele, “é

preciso investir além das políticas públicas. É necessário corrigir as distorções, fomentar os setores de pesquisa e educação e apostar em empresas e instituições nacionais, por meio de incentivos públicos e privados”.

A desaceleração da indústria é apenas uma das consequências do longo processo da crise brasileira, assinala o conselheiro da Ourofino. “Os problemas iniciam com a perda da capacidade de investir ou de se modernizar. Empresários e investidores estão engessados pela conjuntura econômica, corrupção, alto custo de produção, sistema regulatório imprevisível e também pelas incertezas quanto à aprovação, no Congresso, de reformas essenciais para o crescimento do País”.

## **“A INDÚSTRIA FARMOQUÍMICA TEM NO HORIZONTE GRANDES DESAFIOS PARA SE CONSOLIDAR COMO UM IMPORTANTE PILAR ECONÔMICO E TECNOLÓGICO NO PAÍS”**

*REGIS BARBIERI*

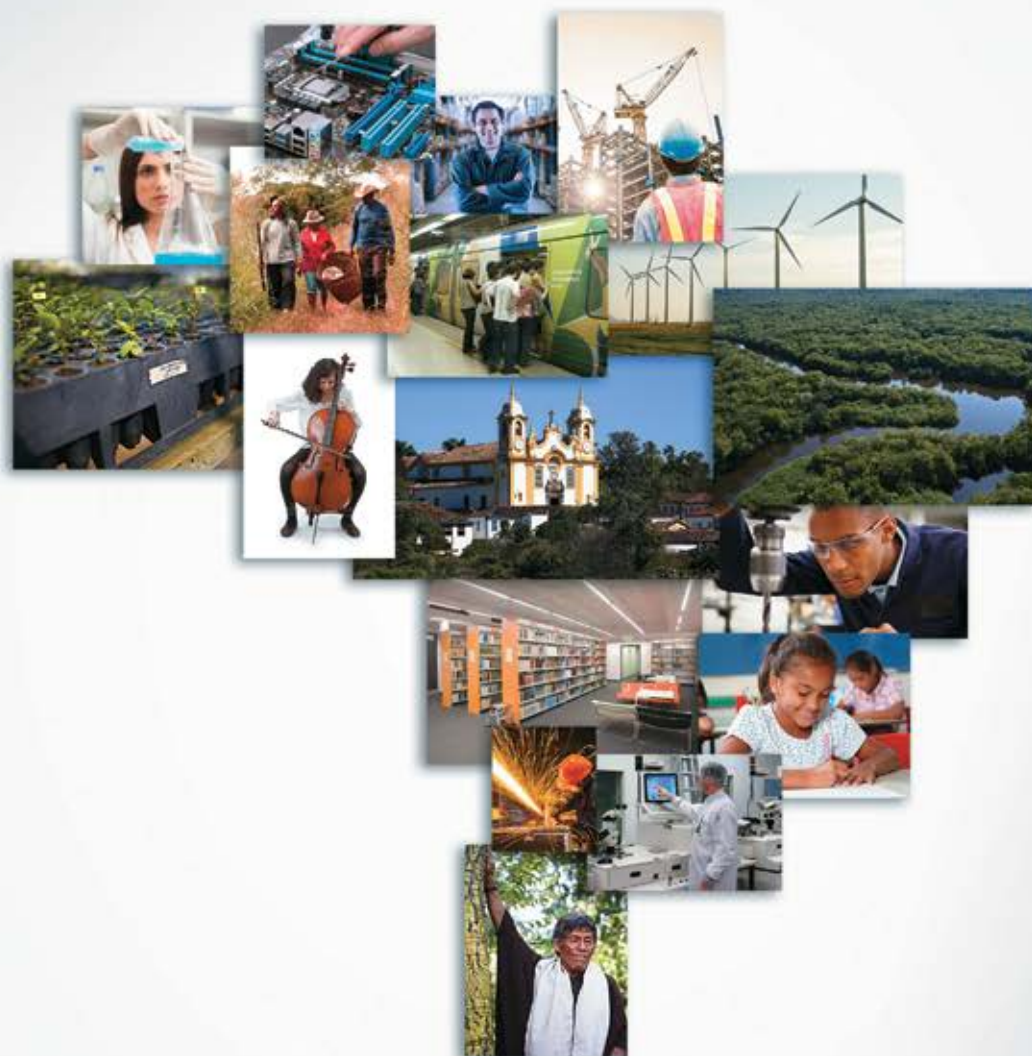
Regis Barbieri manifesta confiança no discernimento do Estado brasileiro frente à gigantesca tarefa que lhe cabe. “A indústria farmoquímica tem no horizonte grandes desafios para se consolidar como um importante pilar econômico e tecnológico dentro do País. Para que esse cenário se concretize, é importante pensar numa política pública ampla, de dimensão nacional, que transcenda as unidades federativas e interesses regionais específicos. Na consolidação desse cenário, o Estado Nacional deve assumir seu papel de indutor dos ciclos de transformações econômicas”.

Barbieri destaca que, na China e na Coreia do Sul, países que apresentam hoje elevada taxa de crescimento do PIB per capita, o Estado exerceu nas últimas décadas papel decisivo na formação de um ambiente favorável à criação de alavancas econômicas. “Nesses países, a força de um Estado com ‘E’ maiúsculo aparece como indutora principal de ciclos econômicos virtuosos. O desenvolvimento é o resultado fundamental e não se restringe aos indicadores macroeconômicos, evidenciando-se também na melhoria das oportunidades, na empregabilidade, e consequentemente na redução das desigualdades sociais”.

A capacidade de enxergar o Estado como responsável por uma política de longo prazo indutora do desenvolvimento econômico vai além da política cíclica de quadriênios, conclui Barbieri. “O ambiente propício para elevação do nível de investimento (interno ou internacional) só ocorre quando existe segurança futura mínima e previsibilidade, seja ela de ordem regulatória, jurídica ou institucional”.



**QUEM PROCURA  
DESENVOLVIMENTO  
ENCONTRA O BNDES.**



O BNDES está presente em todos os setores da economia brasileira, financiando iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do país. Para o Banco, não existe projeto grande ou pequeno demais. Por isso, o BNDES apoia empreendimentos de todos os portes, em setores tão diversos como infraestrutura, indústria, saneamento, meio ambiente, exportação, comércio, inovação, cultura e serviços. Este é o BNDES. Sempre trabalhando pelo crescimento do país, pela geração de empregos e pela qualidade de vida de todos os brasileiros.





Mesa de abertura / Fotos do evento: Andre Telles e Sandra Moraes

## **BACKLOG TOMA CONTA DO DEBATE NO VIII SIPID**

**SIPIID CHEGA À 8ª EDIÇÃO E TRATA DE INOVAÇÃO E PI EM PROL DO DESENVOLVIMENTO**

**A** solução possível ou uma tentativa do governo de criar fatos positivos artificialmente? Uma saída viável e eficaz, ainda que distante da ideal, ou um passo precipitado que deveria ser dado só após uma reestruturação ampla do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)? A oitava edição do Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (SIPIID), organizado pela ABIFINA, no dia 7 de dezembro, trouxe à luz argumentos contrários e favoráveis ao projeto do governo de aprovar pedidos de patentes automaticamente a partir de um exame sumário, com vistas a reduzir a demora nas avaliações. Foi a primeira vez que as visões antagônicas foram contrapostas direta e presencialmente. Citado de forma recorrente ao longo dos diversos debates durante o dia, o assunto segue longe de um consenso e despertou desconfiança e críticas dos participantes do evento.



Lia Hasenclever, Nelson Brasil, Odilon Costa, Reginaldo Arcuri e Pedro Palmeira

**“ESTÁ CUMPRIDA A MISSÃO DE DEBATER ASSUNTOS DA MAIOR RELEVÂNCIA PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. O SIPIID MANTEVE-SE ABERTO A ESSAS NOTÍCIAS E ESTÁ FOCADO EM SEU OBJETIVO”**

NELSON BRASIL



Plenária

O SIPID também discutiu a propriedade intelectual (PI) e a inovação como instrumentos de desenvolvimento e vias para a reindustrialização. O tema central do encontro anual promovido pela ABIFINA no auditório da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) foi “Economia e tecnologia para o desenvolvimento industrial brasileiro”. O segundo Prêmio de Propriedade Intelectual foi entregue no mesmo dia ao desembargador federal André Fontes. O evento contou com a presença do 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil. “Está cumprida a missão de debater assuntos da maior relevância para a política de desenvolvimento industrial. O SIPID manteve-se aberto a essas notícias e está focado em seu objetivo. Faço votos que continue assim, com coerência”, elogiou.

**Backlog em foco** “A questão do *backlog* é um problema de longa data que precisa ser resolvido, mas a solução pensada precisa ser debatida e amadurecida à exaustão. A aprovação automática pode provocar uma corrida aos tribunais. Nós, empresários, já sofremos demais com a insegurança jurídica. Não precisamos de mais um componente para agravá-la. A aprovação de patentes não pode ter efeito reverso e prejudicar as empresas e a sociedade”, contextualizou Carlos Fernando Gross, vice-presidente da Firjan, já na abertura do evento. O vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, lembrou logo no início que a proposta do governo representará uma mudança extremamente importante na forma de atuação do órgão. “É um assunto candente para a plateia e para os examinadores do INPI interessados no tema”, resumiu.

Também o diretor da área de Planejamento e Pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Da Costa, referiu-se aos atrasos do INPI. “Não pode (um pedido de patente) ficar mais de 11 anos em período de análise. Mas soluções simples e rápidas para problemas complexos provavelmente são equivocadas. Uma solução profunda necessariamente passa por fortalecer o INPI e torná-lo uma instituição autossuficiente. Não é possível que uma instituição com receitas que superam R\$ 400 milhões tenha orçamento de R\$ 90 milhões”, protestou. A ideia tornou a ressoar nas falas de Marcos Oliveira, membro do Conselho Consultivo da ABIFINA, e do advogado Pedro Marcos Barbosa, consultor jurídico

da entidade, especializado em Propriedade Intelectual. O primeiro recordou que o INPI, como prestador de serviços, deveria ter o direito de usar sua arrecadação para melhorar a capacidade de atendimento. Já o segundo estimou que os valores cobrados pelo órgão brasileiro estão entre os mais baratos do mundo. O aumento da arrecadação permitiria mais investimentos. “Aumentar taxa não significa excluir do acesso os que não têm recursos. Esses poderiam ser financiados. Se tivéssemos o dobro de receitas, não poderíamos ter mais investimentos? Não há saída boa, milagrosa para que o INPI deixe de ter sempre o pires na mão”, observou.



Carlos Fernando Gross

Representante do INPI, a coordenadora-geral de Patentes Liane Lage, que palestrou tanto na abertura como no painel dedicado ao tema do *backlog*, fez outra proposta sobre o financiamento da instituição. Para ela, deveria ser instaurado um modelo semelhante ao operado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em que as empresas pagam mais de acordo com sua capacidade e faturamento, de forma que as solicitações de registro são limitadas àquelas de maior interesse. Ela também comemorou a atenção que o órgão vem recebendo do governo nos últimos dois anos e adiantou-se em listar alguns entraves que geram o atraso no exame de patentes. Lage relacionou ações tomadas para contornar esses problemas e admitiu que a proposta do governo não é a perfeita, mas pode ser eficaz. “Claro



que gostaríamos de ter uma solução estruturante. Teríamos que, no mínimo, dobrar (o número de) examinadores. Gostaríamos de ter um sistema totalmente digitalizado, de última geração. Mas não temos, nem temos perspectiva de imediato de resolver esse caos que é o INPI num curto prazo”, reconheceu.



Carlos Da Costa

Outro comentário que suscitou aplausos veio do desembargador federal André Fontes, que recebeu no evento o Prêmio Denis Barbosa de Propriedade Intelectual, concedido a personalidades que tenham o interesse público como norte de sua atuação profissional no campo da PI. O desembargador criticou veementemente a proposta do exame sumário de patentes que está sendo cogitada. Ele sublinhou a falta de lastro legislativo para a decisão que deverá ser tomada via Medida Provisória, e que ignora todo o procedimento previsto em lei para o andamento da concessão de patentes. Além disso, antecipou o provável questionamento judicial posterior ao exame.

Na opinião de Fontes, a proposta do exame sumário altera a natureza do ato de registro conforme previsto em Lei e o transforma num mero ato cartorial, em que o registrador apenas anota que a patente foi concedida. No entanto, para sua perplexidade, o governo estaria tratando o procedimento legal como simples detalhe ou questão de interpretação. Ao não alterar a regra e, ainda assim, mudar o processo, a proposta constitui-se em ato ilegal, explicou. “O que ouvi hoje me deixou perplexo. Quem vai assinar a conta das confusões que virão depois? Como alguém vai tomar a decisão de não fazer o serviço (previsto na legislação)? Será que há ingenuidade em cumprir uma ordem ilegal?”, indignou-se. Ele comparou o exame sumário a compras sem licitação e contratações sem concurso público. “No Brasil, isso não é possível. Até os políticos com má fama evitam fazê-las. Dizer que não precisa fazer avaliação sem mudar a lei está fora da realidade”, prosseguiu.

A plateia de agentes da iniciativa privada, do setor público e acadêmicos participou efusivamente da discussão. Odilon Costa, diretor de Relações Internacionais da ABIFINA, pontuou o dilema principal. “No pano de fundo do INPI e da discussão sobre importância do *backlog*, o mais importante é saber o que se resolve primeiro: se é a estrutura e depois o *backlog*, ou o *backlog* e depois a estrutura. Isso foi refletido nos aplausos à participação do advogado Pedro Barbosa, consultor jurídico da ABIFINA, e do desembargador André Fontes, que deixou a reflexão e a sua perplexidade no sentido de que o funcionário público só pode fazer o que é legal”, opinou. Ele se referiu diretamente à alegação da coordenadora de Patentes do INPI, Liane Lage, que afirmou que a medida prevista “blinda” os examinadores de eventuais questionamentos jurídicos. “Essa solução não compromete o exame do INPI, por ser uma decisão política. Esse exame isenta o examinador de tomar uma decisão técnica”, justificou ela.

**Debate acalorado** O painel “Reestruturação do INPI e extinção do *backlog*” começou com a análise histórica feita pelo mediador Marcos Oliveira, do Conselho Consultivo da ABIFINA, sobre o acúmulo de pedidos de patente da indústria farmacêutica sem decisão no INPI. De acordo com ele, o problema teria origem em ações do governo Itamar Franco (1992-1994) e se agravou com a contenção de recursos devidos ao órgão pelo Tesouro Nacional. O órgão teria passado muito tempo relegado a segundo plano, apesar de acordos internacionais firmados terem criado obrigações para as quais não estava preparado, mesmo com os esforços da equipe do INPI. A falta de continuidade administrativa também teria influenciado negativamente, já que muitos presidentes se revezaram à frente da autarquia, com diferentes políticas e nível de influência e interesse. “É uma crônica de um fracasso anunciado. O que discutimos hoje é a tentativa de reverter esse fracasso, que não é do INPI, mas dos governos brasileiros que se sucederam e falharam em cumprir compromissos assumidos”, avaliou. A fala introduziu a discussão entre a representante do órgão e o advogado da ABIFINA, que expuseram posicionamentos contrários sobre a proposta governamental.

Marcos Oliveira





Mesa do Painel 1 - A reestruturação do INPI e a extinção do *backlog*

“Nada, em nenhum cenário, daria a resposta no tempo que o governo precisa. Nenhuma alternativa analisada, principalmente aquelas que dependiam da interação do examinador com o pedido, traria um resultado no tempo que o governo quer”, alegou Liane Lage, que tratou da evolução de solicitações registrada no intervalo entre 2005 e 2017 e argumentou em prol do polêmico projeto. Ela ressaltou que os depósitos de pedidos de patentes têm se mantido constantes — com ligeira queda em 2017 — enquanto a produtividade dos 324 examinadores em atividade, medida pela capacidade de decidir, cresceu graças a melhorias em fluxos, otimização e digitalização, que contribuíram para conter o problema. “Não há que se falar que não trabalhamos. Trabalhamos muito. Se compararmos o número de pedidos que temos hoje ao número de examinadores, temos carga 9,4 vezes maior que os Estados Unidos”, informou.

Ela calculou que, mesmo com melhorias nas condições de trabalho e esforço extra, o *backlog* não seria solucionado nem em 100 anos. A coordenadora explicou ainda que, em quase todas as tecnologias, há um prazo de mais de 10 anos para análise no Instituto, sendo afetadas pelo artigo 40 da Lei de PI – que estende o prazo das patentes em função de atrasos na concessão do registro. A exceção são as áreas de alimentos, agroquímicos e cosméticos, que tiveram o tempo reduzido devido a uma redistribuição de examinadores. “Em um cenário sem aumento no número de examinadores, com 100% de aumento na produtividade, teríamos uma queda inicial, mas em 2028 o *backlog* voltaria a aumentar, considerando a manutenção dos 180 mil pedidos novos anualmente”, estimou.

A meta, segundo Lage, é que o exame de requerimento de patente ocorra no prazo de dois anos. Para isso, o BNDES, INPI e outros setores trabalham juntos. Eles avaliam que nem mesmo a contratação de mais funcionários solucionaria a questão no curto prazo, já que são necessários três anos de treinamento até elevar a curva de produção. “Precisaríamos de infraestrutura e, no mínimo, dobrar o número de examinadores. No cenário e contexto atuais, não vejo possibilidade de conseguirmos isso de imediato”, lamentou. O exame sumário valeria para os 230 mil pedidos que estão na fila de espera. Pela proposta, examinadores não chegarão a avaliar os pedidos. O procedimento consistiria numa análise inicial de condições formais sobre a situação

de pagamento e outros quesitos. A partir daí os pedidos estariam admitidos no processo. Nos 90 dias seguintes, as empresas poderiam pedir exclusão, incluir novos subsídios e, a seguir, haveria um despacho específico de deferimento, acompanhado da expedição da carta-patente. Esta ocorreria automaticamente, sem passar pela área técnica. Muitos arquivamentos deverão ocorrer nesta fase, previu Lage, já que vários processos se referem a depósitos que, na prática, não teriam interesse ou valor real. Ela citou ainda o custo para emissão da patente, bem mais alto que o valor pago para fazer o pedido. Esse valor também deverá convencer empresas a retirarem pedidos, acredita a especialista.



Liane Lage

O governo deve publicar Medida Provisória estabelecendo o procedimento sumário de avaliação de pedidos de patente represados no INPI. Embora considere a medida “não ortodoxa”, Lage defendeu que é uma solução racional que permite, simultaneamente, a implantação de ações para melhorar a produtividade do órgão. “A decisão vai ser política”, apontou ela. “Não é o que queremos, mas é o que temos”, resumiu.



**Contrários** Com visão crítica sobre o exame simplificado de patentes, Pedro Barbosa, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, sustentou que a saída para o *backlog* deve considerar os interesses dos muitos atores envolvidos. Em sua opinião, a prioridade deve ser a reflexão sobre o papel do INPI e a reestruturação do órgão não pode ficar fora do debate, precedendo uma solução para a redução do *backlog*. “A ordem dos fatores altera o produto”, alertou. O advogado também destacou que empresas estrangeiras que remetem *royalties* para fora do País teriam a ganhar com a saída sugerida pelo governo e que há risco de que o INPI se torne um carimbador de pedidos.



Pedro Marcos Barbosa

Barbosa fez uma contextualização histórica, na qual associou concessões a um privilégio de quem tem o poder, sem ter conexão com o mérito. Estas foram substituídas pelas patentes, vinculadas à meritocracia e à capacidade inventiva de seu autor, a partir de avanços da democracia que garantiram o direito de propriedade preservado pelo Estado de direito. “O sistema de privilégios é de ungidos, o sistema de patentes é de Estado de direito. Não existem diferentes, somos todos iguais, todos falhos e devemos ser controlados”, explicou.

Ele também elencou outros problemas do sistema de propriedade intelectual como as patentes de revalidação, as marcas de alto renome registradas automaticamente de graça a pedido da Federação Internacional de Futebol (Fifa), os depósitos defeituosos, as traduções malfeitas e o abuso de pedidos prioritários. O reconhecimento automático de patentes obtidas no exterior foi criticado. Embora tenha elogiado os servidores do INPI, um “quadro de excelência muito superior à média do servidor brasileiro e estrangeiro”, o advogado levantou suspeitas sobre a iniciativa governamental de distribuir patentes sem análise. Citando um recurso judicial de 1967, ele tomou como exemplo uma decisão que considerou inválido ato administrativo de concessão de patente por não ter havido exame técnico da autarquia correspondente – situação semelhante à ora proposta pelo governo. “Um mero ‘Nada consta’ é incompatível com a ordem constitucional”, reforçou o advogado, a partir dos autos.

O papel do INPI deve ser discutido em primeiro lugar, na opinião de Barbosa. “Já não temos controles sociais diretos sobre bens de produção, que têm maior valor agregado, maior impacto econômico e não são tributados. Não tributamos diretamente patentes, mas tributamos diretamente bens de consumo e bens civis. Além de não tributar, vamos dar de presente (as patentes) numa política populista?”, questionou ele. Outro problema seria a comparação entre as patentes que passaram por todo o longo e árduo exame de avaliação e aquelas aprovadas automaticamente. “Teriam elas o mesmo peso?”, indagou. Em sua visão, o *backlog* pode ser comparado ao acúmulo de leis em tramitação há décadas e de processos parados na Justiça. “Alguém vai solucionar o problema dizendo ao Judiciário para conceder todas as petições iniciais automaticamente? No INSS, há problema de acúmulo de processos administrativos. A solução é deferir qualquer tipo de pensão automaticamente? A Anvisa, o Ministério da Agricultura, o Ibama têm problemas. Todos os poderes constituídos têm problemas”, criticou.



Reinaldo Guimarães

Na esteira do debate, o vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, ressaltou que os problemas da política de propriedade industrial no Brasil não se resumem àqueles que incidem no lado do executor da mesma, que é o INPI. Igualmente graves são aqueles no lado da formulação da política, hoje a cargo de um colegiado – o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – com muito pouca capacidade de fazer valer as suas decisões. Ele ressaltou que o *backlog* é apenas um dos muitos problemas do Instituto e não haveria justificativa convincente para solucionar primeiro esta questão. Para ele, o financiamento da autarquia deveria ter mais prioridade. “A quem interessa essa solução? Não são interesses da política de propriedade industrial, nem da instituição INPI. São interesses na criação do fato político por um governo que, no meu ponto de vista, é pouco apetrechado para enfrentar o conjunto dos problemas do País”, condenou. Guimarães ainda levantou dúvidas sobre a excepcionalidade da medida governamental e fez uma correlação entre ela e os recentes acordos internacionais

## //Especial VIII SIPID

firmados pela autarquia, que permitem reconhecer exames feitos em outros escritórios. “Num contexto de número reduzido de examinadores, isso poderá implicar perda de soberania e uma pressão por metas exageradas de produtividade ao impor, no Brasil, critérios válidos em outros locais onde são depositadas 80 a 90% dos pedidos de patente no mundo. Isto é, nos Estados Unidos, na União Europeia, no Japão e, cada vez mais, na China”, preocupou-se.



Maria Tereza Leopardi

**Academia** A concessão automática de patentes só saiu – temporariamente – do centro das atenções durante o segundo painel do VIII SIPID, que tratou de propriedade intelectual como via para o desenvolvimento por meio da inovação com a presença de quatro estudiosos do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), Maria Tereza Leopardi, deu início à conversa sobre propriedade intelectual como feixe de direitos. Além dela, Caetano Penna, professor de Economia Industrial e da Tecnologia, falou sobre desenvolvimento tecnológico, propriedade intelectual e estratégias corporativas em resposta a pressões regulatórias, e Julia Paranhos, coordenadora do Grupo de Economia da Inovação, explicou os obstáculos, avanços e desafios nas parcerias entre universidades e empresas que visam ao desenvolvimento de inovações em propriedade intelectual. O diálogo foi mediado por David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC) e diretor do mesmo instituto.

Maria Tereza Leopardi argumentou que a propriedade intelectual leva ao desenvolvimento se passar pela inovação. Ela explicou o conceito de PI e discorreu sobre as várias categorias que descrevem formas de apropriação e configuram um feixe de direitos. O conceito tem origem na pesquisa da economista política norte-americana Elinor Ostrom, que analisou formas de uso eficiente de recursos naturais que não envolvessem, necessariamente, a propriedade plena de algo por uma pessoa. Acesso, fruição, administração, alienação. Direito de administração e de excluir outros direitos. Todas estas são novas formas de se entender o direito que podem ser dosadas de acordo com as diversas finalidades e atribuídas a titulares diferentes. Este entendimento ajudaria a equilibrar a delicada

relação entre a defesa do interesse de quem inova de não ser imediatamente imitado e o interesse público de ter acesso à inovação e se diferencia do direito de propriedade sobre uma coisa, chamado por ela de direito absoluto.

Essa ambiguidade da propriedade intelectual gera ganho de eficiência, mas também aumenta o tempo e o custo de inovação, podendo desestimulá-la. “Estamos pensando em formas de conciliar o mecanismo de PI de modo a contemplar tanto os aspectos positivos, de incentivo à inovação, quanto evitar que a PI seja usada para restringir a concorrência”, sintetizou. De acordo com a pesquisadora, essas definições substituiriam uma noção defasada de propriedade que não se aplica mais à pluralidade relacionada à propriedade intelectual. Sendo assim, a forma de atribuição de direitos deveria estar relacionada aos efeitos econômicos. “Essa literatura (...) tem sido usada para discutir PI e novas formas de direitos, como *Creative Commons*, para liberar acesso a uma série de coisas que, pela legislação tradicional, seriam proibidas”, exemplificou.



Caetano Penna

Caberia à sociedade, portanto, definir que grau de restrição da PI será tolerado em troca de resultados positivos. Ela indicou ainda que a legislação antitruste, de defesa da concorrência, seria outro recurso a ser aplicado no âmbito da PI, pois tem instrumentos adequados para avaliar a situação de apropriação intelectual. Um exemplo seria a forma de caracterizar ilicitudes de acordo com os efeitos alcançados pela prática nociva, transferindo o foco da análise das condições de mercado, que são diferentes em cada setor.

Já Caetano Penna falou de estratégias corporativas para suscitar desenvolvimento através de inovações e em resposta a pressões regulatórias. Ele destrinchou os motivos que levam empresas a inovarem. Para isso, recorreu a alguns exemplos da indústria automobilística, discutindo as motivações que levam empresas a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico através de inovações, e tratou ainda da pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados para doenças negligenciadas. Penna registrou casos relacionados à qualidade do ar e à segurança em automóveis e



seus efeitos no registro de patentes pelo setor para analisar as decisões de empresas no que tange à PI. Sua pesquisa mostrou que grandes empresas, em geral, não investem em inovações radicais, já que buscam manter seu poder no mercado e lucro e evitar canibalização de investimentos. Para se proteger, elas se expõem menos ao risco, que poderia elevar custos. Em alguns casos, porém, há mudanças de rumo. Penna mostrou que políticas públicas podem promover essas alterações de estratégia. “O desafio é desenvolver instrumentos que façam com que as empresas respondam da maneira desejada à regulação”, ponderou.

Fornecedores e o poder de barganha do consumidor, além de outras fontes no ambiente institucional, também motivam empresas. Outros influenciadores são a pressão da opinião pública – afetada pela imprensa –, movimentos sociais, ativistas e os reguladores. Esses fatores, em diferentes escalas, podem levar a indústria a inovar. O nível de atenção da sociedade sobre um tema influencia o desenvolvimento de tecnologia e o patenteamento por parte das empresas, atestou o pesquisador. Ele identificou que grandes empresas tendem a aumentar investimentos em P&D para reduzir os custos de conformidade com a regulação. A inovação também abre a chance de entrar em novos mercados e de estabelecer parcerias. Por outro lado, o risco de litígio em torno de algo não testado no mercado e a possibilidade de aumentar custos seriam desestímulos para investir. Penna ainda listou lições que podem ser aplicadas à indústria farmacêutica. Entre elas, está o entendimento de que, se a política pública não for suficiente, mudanças na demanda podem impulsionar empresas a investirem em determinada direção.

transferência de tecnologia ainda é muito baixo, ficando em 22% dos NITs. A pesquisadora revelou que ainda há muitos obstáculos, incluindo o próprio entendimento do Tribunal de Contas da União (que analisa as relações financeiras envolvendo órgãos federais) e de procuradores das universidades sobre essa relação. “Há um extremo desconhecimento sobre esse tipo de atividade”, relatou ela, ao citar um pedido de esclarecimento feito por uma Procuradoria a respeito de pagamentos feitos ao INPI.



David Kupfer

A melhoria da infraestrutura dos NITs foi outro ponto-chave. Muitas vezes seu funcionamento depende de bolsas de pesquisas que não têm sua continuidade garantida, o que provoca rotatividade de pessoal. O desenvolvimento da infraestrutura tecnológica, segundo a professora, permitiria que as pesquisas acadêmicas chegassem a estágios mais avançados. Além disso, é preciso avançar na regulamentação do Marco de Ciência & Tecnologia, ainda envolto em muitas dúvidas.

Outras dificuldades apontadas por ela são a baixa atratividade de tecnologias e a falta de infraestrutura no Brasil para desenvolver provas de conceito, determinantes para demonstrar o potencial às empresas e motivá-las a inovar. Demora na concessão de patentes, discordâncias sobre o pagamento de *royalties* e, ainda, insegurança jurídica e morosidade no diálogo com as instituições públicas também prejudicam os trabalhos. Até mesmo escrever o pedido de patente ainda é uma barreira na relação entre empresas e academia, já que não há capacitação para lidar com o licenciamento. No entanto, a boa notícia, comemora ela, é que a Lei de Inovação tem melhorado o cenário institucional e ajudado a estruturar alguns centros de inovação no País, apesar dos muitos desafios a enfrentar.

**Desenvolvimento** No último painel da oitava edição do SIPIID, representantes do mercado farmacêutico e farmoquímico dialogaram com o chefe do Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde (DECISS) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),



Julia Paranhos

Julia Paranhos fez um mapeamento das parcerias entre universidade e empresas, via Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Ela contou que há, no Brasil, 206 grupos de pesquisa que possuem algum tipo de relacionamento com empresas farmoquímicas e farmacêuticas, com concentração nas regiões Sul e Sudeste. Apesar do aumento, o volume de



Mesa do Painel 3 - Inovação tecnológica como instrumento para reindustrialização e desenvolvimento do Brasil

João Paulo Pieroni, sobre as expectativas para a indústria diante do cenário econômico e da conjuntura do setor. Coordenado por Fernando Sandroni, presidente do Conselho Empresarial de Tecnologia do sistema Firjan, o painel contou ainda com Reginaldo Arcuri, presidente executivo do Grupo FarmaBrasil, e Alberto Ramy Mansur, presidente do Conselho de Administração da Nortec Química.

Pieroni, do BNDES, revelou que empresas que investem em P&D têm ganho de produtividade de até 17% e os retornos sociais são duas a três vezes maiores que os retornos privados. Ele apresentou ainda estudo do BNDES que mostra que a indústria brasileira teve evolução positiva até 2008 e está em crise desde 2013. Um dos sinais é a participação no PIB, em queda de 19% em 2004 para 12% em 2016.

A complexidade das nossas exportações também tem caído sistematicamente, ao contrário de outros países em desenvolvimento como China e Índia, e o nível de investimento se estagna. Cada vez mais, exportamos bens não industriais ou de baixa tecnologia, cada vez menos diversificados, mostrou Pieroni. "Há uma dificuldade do investimento privado no Brasil deslanchar. Isso se reflete na pauta de exportação e na complexidade da economia", assinalou o especialista.

Mas nem sempre foi assim. A indústria farmacêutica viveu uma década de ouro em relação a mercado e faturamento entre 2003 e 2015, lembrou o chefe do DECISS. "Principalmente com genéricos e mobilidade social, houve um aumento da participação de empresas de capital nacional no varejo", explicou. Entre os desafios atuais, no entanto, ele listou as cidades inteligentes, envelhecimento populacional, a necessidade de se construir uma matriz energética limpa e a bioeconomia. Já os caminhos para o futuro identificados pelo palestrante incluem a biotecnologia, inserção internacional, biodiversidade, inovação incremental e verticalização de nichos com apoio das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo e de ferramentas para induzir o ecossistema da inovação, além da integração dos financiamentos oferecidos por diferentes órgãos governamentais.

**Mercado** Reginaldo Arcuri, da FarmaBrasil, propôs um olhar sobre o Brasil competitivo. Em sua exposição, ele defendeu a importância de políticas públicas de qualidade e longa duração, da articulação entre conhecimento científico e produção industrial, e do empresariado nacional inovador. "Temos que ter esse bicho raro que é o empresário nacional e inovador. Tem quem diga que é bobagem, mas americanos dizem que, para certos empreendimentos, não entra quem não nasceu nos Estados Unidos, por serem estratégicos", frisou.

Um desses setores seriam os biossimilares, que, em sua visão, constituem uma chance para a indústria nacional em uma área que concentra grandes investimentos mundiais, maiores até mesmo que os setores de petróleo e defesa. "Estamos no páreo mundial. Os biossimilares são a fronteira para o mundo em desenvolvimento. É a única chance de curto prazo que o Brasil tem de ter um novo setor de classe mundial no ambiente industrial brasileiro", garantiu. Ele fez ainda uma comparação com o agronegócio e a aviação civil, dois campeões nacionais de exportação, que se beneficiam de uma série de condições operacionais oferecidas há décadas e que se refletem na balança comercial.



Reginaldo Arcuri





Alberto Ramy Mansur

A indústria brasileira cresceu expressivamente em participação no mercado desde o fim da década de 1990 e o executivo atribuiu o salto à convergência entre políticas públicas e decisões empresariais. Com números da balança comercial do setor, investimentos em P&D e ainda exemplos bem-sucedidos de articulação, Arcuri propôs uma colaboração mais estreita com o governo para criar uma política industrial para o século XXI com uso da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), e outros consórcios com universidades para construir uma indústria farmacêutica mais forte. Ele também pontuou que um marco jurídico eficaz ajuda a trazer segurança para o investimento.

A última exposição do evento ficou a cargo de Alberto Ramy Mansur, da Nortec Química, que esclareceu premissas e conceitos dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). De acordo com ele, esta seria a área mais densa em tecnologia de toda a cadeia química e há alto potencial de gerar renda e promover empregabilidade. “É uma indústria que faz pesquisa e inovação. Não há tecnologia para quem faz só um

IFA. O sistema exige que se tenha planta-piloto, unidade de engenharia que permita operar com segurança. É isso que gera investimento, renda, inovação e valor agregado”, descreveu, remetendo à própria empresa, que atua no setor e conta com o apoio do BNDES.

Mansur defendeu a política de genéricos, mas observou que ela deixou de fora o setor farmoquímico nacional. Também exaltou a produção local de IFAs e relembrou as dificuldades no setor desde o governo Collor (1990-1992), quando a abertura comercial desregulada provocou o fechamento de centenas de fábricas produtoras de intermediários de síntese e de processos orgânicos. Ele relembrou o desmonte geral do parque industrial brasileiro na década de 1990, igualmente decorrente da abertura comercial. A inexistência de formação específica nas universidades brasileiras, porém, continua a ser um grande obstáculo, concluiu.

O oitavo SIPID deixou no ar a apreensão do setor em relação ao futuro do INPI e às perspectivas que a inovação e a propriedade intelectual poderiam oferecer em um projeto nacional de desenvolvimento. O momento não é de otimismo. Obstáculos, dificuldades, problemas foram palavras-chaves desta edição e ainda não há boas soluções à vista. Duramente reprovada, a iniciativa do governo de ignorar o procedimento de exame para pedidos de patentes pode ser colocada em prática a qualquer momento e deverá representar um grande retrocesso e ameaça à soberania nacional. Embora o debate tenha sido plural e aberto, o SIPID refletiu um momento tenso da indústria. “Estamos diante de um sinal vermelho. Na próxima divulgação, vamos ter provavelmente o dissabor de ver valores negativos de investimentos produtivos locais na área tecnológica e em inovação. É uma coisa devastadora o que está acontecendo”, sintetizou o vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães.

Encerramento: Reinaldo Guimarães, Reginaldo Arcuri, João Paulo Pieroni, Fernando Sandroni e Alberto Ramy Mansur





## PRÊMIO DENIS BARBOSA DE PI

Em sua segunda edição, o Prêmio Denis Barbosa de Propriedade Intelectual foi entregue durante o VIII SIPID ao desembargador federal e atual presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), André Fontes. Criado para personalidades que valorizem o interesse público em sua atuação profissional no campo da PI, o prêmio celebrou o comprometimento do jurista em aproximar o Judiciário dos debates mais atuais do setor. Reinaldo Guimarães, vice-presidente da ABIFINA, o definiu como “militante da causa do bom direito”. Fontes fez um discurso fortemente aplaudido em que criticou a proposta de exame sumário de pedidos de patentes. Sobre a distinção, afirmou sentir-se honrado e relembrou sua convivência com o advogado Denis Barbosa, que fora seu colega como procurador no Rio de Janeiro. 🍷



Desembargador André Fontes



Premiação: Reinaldo Guimarães e André Fontes



Nelson Brasil, André Fontes, Reinaldo Guimarães e Pedro Barbosa



Odilon Costa, Nelson Brasil, Pedro Barbosa e Marcos Oliveira



Participantes chegam para debater e prestigiar o Prêmio Denis Barbosa



Nelson Brasil de Oliveira



João Paulo Pieroni



João Paulo Pieroni, Fernando Sandroni, Alberto Ramy Mansur, Antônio Mallet, Marilusa Silveira e Claudio Peluso



Odilon Costa



Equipe ABIFINA: Lucielen Menezes, Fernanda da Costa, Ana Claudia Oliveira, Marina Moreira, Luciana Bitencourt e Claudia Craveiro



Simone Rossatto, Claudia Craveiro, Odilon Costa e Rosângela Almeida

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO MASTER



PATROCÍNIO



APOIO





## OUROFINO AGROCIÊNCIA INVESTE E INAUGURA NOVOS ESPAÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS

ESTUFAS EXPERIMENTAIS, LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA E AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA SÃO OS APORTES DA EMPRESA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

**R**eafirmando seus propósitos institucionais, a Ourofino Agrociência investe cada vez mais em qualidade, inovação e tecnologia para promover a agricultura brasileira. Prova disso é que, em novembro, a empresa atingiu mais um de seus objetivos: a inauguração das estufas automatizadas, para seleção dos melhores protótipos de defensivos agrícolas formulados pela companhia.

Localizados na Fazenda Experimental da Ourofino, em Guataporã (SP), os espaços simulam as condições climáticas ideais para culturas diversas, considerando as diferenças da geografia brasileira (temperatura, luminosidade e umidade). “As estufas também otimizam o trabalho da equipe, pois, por exemplo, no inverno não conseguimos seguir com os experimentos em campo. Agora, teremos mais agilidade para defender e analisar os melhores projetos produzidos no laboratório”, destaca Antônio Nucci, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Ourofino Agrociência.

Os testes abrangem simulações para culturas de soja, algodão e milho, além do combate de plantas daninhas, e as estufas permitem que, em apenas uma semana, dois experimentos sejam realizados. “Somente cinco dias são necessários para definirmos se o produto em teste será enviado para a produção. Antes da estufa, o prazo era de até 15 dias”, afirma Nucci.

O gerente ainda reforça que as condições estipuladas em cada estufa garantem o ponto ideal para aplicação dos defensivos agrícolas. “Conseguimos selecionar os melhores protótipos de estações secas a úmidas. Ou seja, entregamos ao cliente um produto mais assertivo para as condições da sua região, garantindo mais produtividade”.

A Fazenda Experimental da Ourofino possui mais de mil hectares e completa estrutura para estudo de novos produtos, com a premissa de desenvolver soluções personalizadas para as características brasileiras de solo, clima e umidade. Projetos, parcerias, formação de profissionais, realização de pesquisas e atividades agrícolas diversas são frentes de trabalho na propriedade.

## LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA

Em fevereiro, a Fazenda Experimental também ganhou um novo laboratório de entomologia, onde lagartas, percevejos e as principais pragas das culturas de soja e milho são criados para avaliação de resultados dos defensivos. O espaço auxilia a continuidade dos programas de desenvolvimento de produtos, bem como a gestão de indicadores, a atualização de procedimentos para a nova regra ISO 9001 e o treinamento de colaboradores.

O laboratório abriga quatro espécies de percevejo e seis de lagartas para a formulação de inseticidas. “Com esse espaço, produzimos soluções mais eficientes para o combate às pragas, economizando tempo e dinheiro para a empresa e, conseqüentemente, para o produtor rural brasileiro”, diz o pesquisador da Ourofino Helvio Junior. As novas instalações (estufa e laboratório entomológico) dobraram a capacidade de trabalhos produzidos na Fazenda Experimental: “Entre estudos, análises e projetos, houve um salto na produção de 250 para 500 ao ano”, completa Nucci.

## PRÓXIMO ANO

Outro projeto da Ourofino Agrociência será inaugurado em janeiro de 2018: a ampliação do laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), que terá seu espaço físico duplicado e sua capacidade de análise aumentada. Esse aporte permitirá a realização de testes de formulações em escala piloto, com economia de tempo e trabalho, redução de desperdício de energia, insumos produtivos e resíduos e desvios mínimos no processo de transferência de tecnologia de formulações.

O novo espaço também permitirá a simulação de performance na fabricação dos produtos mais próxima das características reais, o que agregará valor às soluções elaboradas, além de desempenho diferenciado e adaptado ao mercado brasileiro e às condições climáticas do País. “A planta é apta a desenvolver formulações OD, EC, WG, WP, SC, SL, CS, EW, ME, SE, FS, UL e, caso necessário, outros tipos também podem ser estudados com as devidas adequações”, destaca Richard Feliciano, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da indústria de Uberaba.

Para o lançamento de um produto, inúmeros testes são realizados nas estações experimentais da Ourofino. A empresa possui cinco locais para essa finalidade: dois em Goiás, dois no Paraná e a Fazenda Experimental em Guataporã.

Ao almejar e conquistar os principais padrões de produção, a Ourofino Agrociência mantém o objetivo de oferecer o melhor para o produtor e para a agricultura brasileira, visando ao desenvolvimento saudável do setor.

“Com uma equipe de pesquisadores mestres e doutores extremamente capacitados, equipamentos de última geração e laboratórios de ponta, buscamos agilidade e confiabilidade nos resultados. Esses fatores possibilitam que a Ourofino ofereça aos produtores brasileiros as melhores formulações e soluções diferenciadas”, afirma o gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa.


## BALANÇO

Os investimentos da Ourofino Agrociência saem à frente das tendências do segmento de defensivos agrícolas. O cenário da indústria brasileira está cada vez mais complexo e incerto, exigindo uma estratégia de riscos muito bem desenhada. Afinal, mercado estocado, escassez de *funding*, dificuldade de acesso ao crédito, volatilidade cambial e falta de infraestrutura – que acentua os impactos climáticos – foram apenas algumas das dificuldades enfrentadas pelo setor.

“Apesar de todo o panorama destacado, fomos capazes de nos adaptar e, com uma equipe engajada e comprometida, fizemos o melhor ano da Ourofino Agrociência. Investimentos, contratação de funcionários e novas plantas industriais são parte das nossas conquistas”, destaca Marcelo Abdo, vice-presidente da companhia.



Em 2016, a empresa fechou o ano com faturamento líquido de R\$ 625,9 milhões, um Ebitda de R\$ 119,3 milhões (19,1% do total da receita líquida) e lucro líquido final de R\$ 77 milhões (12,3% do total da receita líquida).

O resultado não veio por acaso. Desde 2015, a diretoria já previa um cenário difícil, por isso todos os setores foram estruturados com uma estratégia de negócio pautada na falta de previsibilidade futura e seus potenciais riscos. “Focamos esforços de vendas no mercado sucroenergético, setor que seguiu em franca recuperação econômica, buscando negócios com grandes grupos e cooperativas com alta liquidez e capacidade de pagamento no curto prazo, gerando um crescimento de 60% em nosso faturamento”, explica Abdo. 

Nosso grande diferencial  
são os colaboradores.



 [www.blau.com](http://www.blau.com)

ASSISTA AO FILME  
COMEMORATIVO  
DE 30 ANOS DA BLAU  
FARMACÉUTICA.



HEADQUARTER BRASIL

RODOVIA RAPOSO TAVARES, KM 30,5 - N° 2.833  
BARRO BRANCO - 06705-030 - COTIA - SP - BRASIL  
TEL.: +55 11 4615 9400 • FAX: +55 11 4615 9401  
SAC: 0800-7015399 • SAC@BLAU.COM.BR

Assim é a Blau Farmacêutica:  
há 30 anos trabalhando  
para fazer o melhor.

Sabemos que tecnologia e inovação são importantes para qualquer empresa crescer e se manter competitiva. Mas, acima de tudo, temos a certeza de que o principal diferencial que existe não são as máquinas e, sim, as pessoas. Por isso, a Blau Farmacêutica investe constantemente no aprimoramento de seus profissionais, buscando dar a todos as melhores condições de trabalho e atualização de conhecimentos para que os potenciais pessoais e coletivos continuem fazendo a diferença. O resultado disso: 30 anos de sucesso.



 **Blau**<sup>®</sup> 30 ANOS  
FARMACÉUTICA

# PAINEL DO ASSOCIADO

## ACHÉ, PHYTOBIOS E CNPEM INVESTEM NA PROSPECÇÃO DE EXTRATOS VEGETAIS DO BRASIL



*Novos medicamentos baseados em plantas de diferentes biomas brasileiros devem chegar ao mercado nos próximos 15 anos. Essa é a expectativa do programa de prospecção da biodiversidade, iniciativa do Aché Laboratórios, da empresa Phytobios (ligada ao Grupo Centroflora) e do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). A cerimônia de assinatura do contrato entre os parceiros aconteceu no dia 11 de dezembro, na sede do CNPEM, em Campinas (SP).*

O programa visa a identificar substâncias bioativas em extratos vegetais da biodiversidade brasileira que possam ser usados em produtos farmacêuticos. Serão solicitadas patentes para as tecnologias promissoras. Com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e investimento inicial de R\$ 10 milhões, o programa focará inicialmente nas áreas de oncologia e dermatologia.

O programa é inédito no País por reunir parceiros estratégicos na área. O CNPEM tem grande expertise na identificação de compostos bioativos, enquanto a Phytobios trabalha há mais de dez anos na condução de expedições de bioprospecção em biomas brasileiros e o Aché é uma das empresas no País que mais investe em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos inovadores, com expertise na otimização de moléculas em seu Laboratório de Design e Síntese Molecular.

A busca por moléculas bioativas partirá da biblioteca de produtos naturais do CNPEM e da Phytobios. No acervo, há extratos e frações derivados de centenas de espécies vegetais do Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Essas substâncias serão testadas em ensaios de alto desempenho para prever suas atividades biológicas e potencial terapêutico. Aquelas identificadas como promissoras serão otimizadas pelo Aché e CNPEM e seguirão para avaliações de segurança e eficácia em testes pré-clínicos e clínicos.

## INSTITUTO EUROFARMA INVESTE NOS PROFISSIONAIS DO FUTURO

*Acreditando no poder transformador da educação, há mais de dez anos a Eurofarma investe em programas educacionais próprios em três áreas de atuação: Educação Complementar, Formação de Jovens e Educação Ambiental. As atividades são conduzidas pelo Instituto Eurofarma, que está com as inscrições abertas para o processo seletivo para início de 2018. Ao todo, serão 576 vagas para cursos de iniciação e qualificação profissional, inglês e extensão curricular, voltados para jovens entre 14 e 29 anos.*

Em 2016, o Instituto Eurofarma completou 10 anos de fundação, ultrapassando o número de 10 mil jovens atendidos em um único ano, com investimento de R\$ 10,2 milhões. Durante sua primeira década de existência, foram mais de 53 mil pessoas beneficiadas.

Oferecidos na zona Sul da cidade de São Paulo e no centro da cidade de Itapevi (SP), os cursos incluem lanche, uniforme e certificação de instituições de ensino parceiras: Senai, Senac, Centro Britânico, Escolas Técnicas dos Hospitais Albert Einstein, entre outros. O único investimento por parte do aluno ou de sua família é a locomoção.

“Procuramos capacitar os alunos para o seu ingresso no mercado formal de trabalho. Nosso curso de inglês é um dos mais procurados, com uma média de nove candidatos por vaga. Já o técnico de Enfermagem tem uma média de 82% de empregabilidade a partir da data de conclusão do curso”, ressalta Maria Del Pilar Muñoz, vice-presidente de Sustentabilidade e Novos Negócios da Eurofarma.

## RECICLAGEM DE CABOS ELETRÔNICOS REFORÇA SUSTENTABILIDADE DA LIBBS

*Economia e preservação ambiental são resultados da adesão da Libbs Farmacêutica ao Programa Green IT, que promove a permuta de sobras de cabos eletrônicos e de energia de qualquer fabricante por cabos novos da marca Furukawa. Pela iniciativa, a Libbs enviou para reciclagem um total de 1.167 kg de materiais de rede estruturada – provenientes de obras e reformas realizadas nas instalações da empresa.*

A medida evitou que 584 kg de materiais contaminados com metais pesados fossem depositados em aterros industriais, reduziu a extração de mais de 100 toneladas de minério de cobre e, ainda, diminuiu o consumo de 11.157 kWh de energia (suficiente para abastecer 74 residências durante um mês).

Os cabos eletrônicos, usados em redes de telecomunicações ou de energia, possuem PVC, que pode levar de 200 a 600 anos para se decompor quando descartado no lixo comum. Se queimado, o material libera substâncias tóxicas, prejudiciais à saúde humana.

“Trata-se de um programa que se enquadra em nossa política de sustentabilidade, que tem como um dos itens principais a gestão consciente dos resíduos gerados em nossas atividades”, afirma Audrey Lima, do setor de Meio Ambiente da Libbs Farmacêutica. “Como empresa certificada pela ISO 14001, temos trabalhado fortemente os aspectos relacionados à logística reversa e ao ciclo de vida de materiais”, acrescenta.



# A MAIOR PRODUTORA DE INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS DA AMÉRICA LATINA.

A NORTEC É UMA INDÚSTRIA  
QUÍMICO-FARMACÊUTICA QUE,  
HÁ MAIS DE 31 ANOS,  
OFERECE MATÉRIA-PRIMA  
DE ALTÍSSIMA QUALIDADE  
PARA A PROMOÇÃO  
DA SAÚDE E BEM-ESTAR.

**NORTEC** QUÍMICA

RUA DEZESSETE, Nº 200 | DIST. IND. DUQUE DE CAXIAS  
XERÉM | DUQUE DE CAXIAS | RJ | CEP: 25250-612  
+55 21 3651 7300 | +55 21 3651 7323  
[WWW.NORTECQUIMICA.COM.BR](http://WWW.NORTECQUIMICA.COM.BR)

# ABIFINA EM AÇÃO

## BIODIVERSIDADE: ABIFINA PARTICIPA DE PROJETO DAS NAÇÕES UNIDAS

A ABIFINA está envolvida em duas ações que visam a promover o uso sustentável dos recursos naturais brasileiros pela indústria nacional. Uma delas é voltada para as cadeias produtivas de fitoterápicos, financiada pelo *Global Environment Facility* (GEF), em português Fundo Global para o Meio Ambiente. A outra é ajudar o setor produtivo a desenvolver pesquisas e fabricar seus produtos com base na Lei da Biodiversidade (nº 13.123/2015).

O primeiro projeto tem por objetivo promover o uso inovador de plantas medicinais brasileiras por meio do fortalecimento das cadeias produtivas de fitoterápicos promissores. A iniciativa está alinhada ao regime de acesso e repartição de benefícios estabelecido pela Convenção da Biodiversidade Biológica.

Gerenciado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o projeto está sendo desenvolvido pela consultora da ABIFINA Ana Claudia Oliveira e outras especialistas, tendo entre seus parceiros produtores de insumos e de medicamentos fitoterápicos de empresas associadas à entidade.

Em novembro, o grupo realizou reunião em Brasília para apresentar o andamento da proposta de projeto a ser implementada a partir de 2018 e receber contribuições. Estão previstos o mapeamento de pesquisas, comuni-

dades tradicionais e Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes na cadeia de valor; formação de parcerias com a indústria; negociação de direitos; e estímulo ao uso dos fitoterápicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na mesma linha, a ABIFINA realizou, também em novembro, a "Oficina de Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado", no Museu de Arte do Rio. Além de discutir a legislação, os participantes fizeram uma oficina prática de navegação no Sistema de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen).



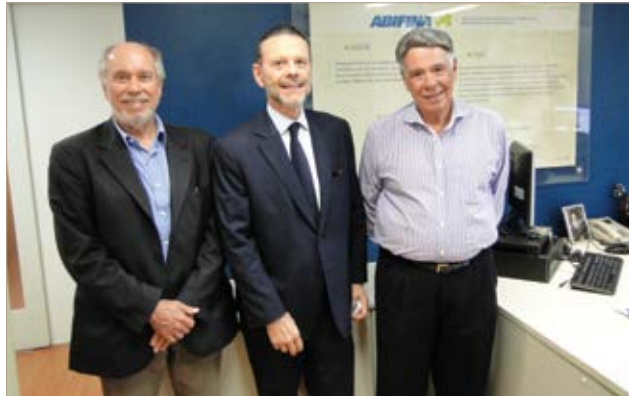
Foi elaborado um relatório com sugestões de melhoria no sistema, encaminhado ao MMA. O evento foi promovido junto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) e L'Oréal Brasil.

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DISCUTE TECNOLOGIAS DO FUTURO

Como as principais tendências tecnológicas influenciarão o futuro do setor produtivo brasileiro na próxima década é objeto de estudo do Projeto Indústria 2027, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os detalhes foram apresentados na reunião do Conselho Administrativo do dia 19 de outubro pelo coordenador do projeto, o ex-professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES. Participam do estudo pesquisadores dos Institutos de Economia da Unicamp e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Coutinho, especialista em economia industrial, apontou que o gerenciamento de enormes bases de dados (*big data*), as rotas biológicas e as tecnologias para alvos terapêuticos irão revolucionar os mercados, inclusive o da saúde.

Na proposta do estudo, oito grupos de inovações potencialmente disruptivas serão o ponto de partida para identificar a capacidade de resposta das empresas brasileiras, prover insumos para seu planejamento estratégico e apontar diretrizes para políticas públicas.



Reinaldo Guimarães (vice-presidente da ABIFINA), Luciano Coutinho e Ogari Pacheco (presidente da entidade)

Gestores e associados presentes na reunião debateram entraves estruturais para o desenvolvimento dessas tecnologias, bem como um modelo educacional capaz de fornecer mão de obra adequada.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE SELECIONA NOVOS PROJETOS DE PDP

A 14ª reunião do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis), no dia 14 de dezembro, divulgou as 25 novas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) aprovadas pelo Ministério da Saúde, entre as 80 propostas recebidas. A ABIFINA participou do encontro representada por seu presidente, Ogari Pacheco, e pelo diretor de Relações Institucionais, Odilon Costa. As parcerias possibilitarão a produção, no prazo de até dez anos incluindo a transferência de tecnologia, de 11 medicamentos sintéticos e cinco biológicos. Os Termos de Compromisso devem ser assinados no primeiro trimestre de 2018 e os novos produtos serão negociados com preço até 70% menor que a última aquisição.

Além disso, foram assinados outros 16 termos de compromisso para a fabricação de biológicos e sintéticos. Os medicamentos e os laboratórios públicos são: Bahiapharma (insulina), Funed (insulina), Fiocruz /Biomanguinhos (adalimumabe, bevacizumabe, etanercepte e trastuzumabe), Tecpar (adalimumabe, bevacizumabe, etanercepte, infli-



Foto: Rodrigo Nunes/MS

ximabe, rituximabe, trastuzumabe) e Instituto Butantan (adalimumabe e trastuzumabe).

Em paralelo à seleção das novas PDPs, o setor discute a proposta de decreto que regulará essas parcerias, agora intituladas Política Nacional das Plataformas Inteligentes de Inovação Tecnológica na Saúde (Pits). Entidades da indústria enviaram no dia 31 de outubro ofício para o Ministério da Saúde com sugestões para o decreto. O documento foi assinado pela ABIFINA com as demais entidades dos ramos farmacêutico e farmoquímico. A principal recomendação é de que a política continue a ser conduzida pelo Gecis e pelo Comitê Deliberativo.



## SOCIEDADE SE UNE CONTRA DEFERIMENTO AUTOMÁTICO DE PATENTES

A proposta do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de adotar um procedimento simplificado para deferir patentes e, assim, acabar com a fila de pedidos (*backlog*) continua em intensa discussão nos diversos segmentos da sociedade. A Associação dos Funcionários do INPI (Afinpi) promoveu seminário sobre o tema no dia 25 de outubro, no Rio de Janeiro, no qual a ABIFINA sustentou sua posição contrária,

como vem fazendo em outros espaços, a exemplo do seu Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (veja na pág. 25).

Os diferentes impactos das patentes entre os setores industriais foram destacados por Reinaldo Guimarães, vice-presidente da ABIFINA. Segundo ele, o sistema de patentes promove inovação até certo ponto – o excesso de concessões pode desestimular a concorrência. Diante disso, Guimarães concluiu que o problema do INPI não é o *backlog*, mas a falta de uma política nacional de propriedade industrial.

Entre os possíveis efeitos colaterais da medida, a consultora da ABIFINA Ana Cláudia Oliveira destacou que as empresas brasileiras não terão condições de identificar os pedidos indevidos para entrarem com subsídios contrários, o que será possível com a norma.

Considerando que mais de 80% dos pedidos são de estrangeiros, a proposta beneficiará justamente as multinacionais, sem falar nos titulares de patentes fracas. Ou seja, a medida incentivaria ainda a prática de *evergreening*, em que empresas estendem seu monopólio de mercado por meio de patentes sucessivas.

## Medida impacta a aplicação da Lei da Biodiversidade

O deferimento simplificado de patentes trará um conflito para o qual poucos se atentaram. Pela Lei da Biodiversidade (nº 13.123/2015), um pedido de patente que envolva patrimônio genético brasileiro deve apresentar o cadastro no Sistema de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen). O problema não se restringe aos medicamentos, que deverão ser excluídos da medida, conforme proposto pelo Instituto. Tecnologias de outros campos, como o de cosméticos, poderão ter as patentes aprovadas indiscriminadamente. Isto será mais um ponto de insegurança jurídica.

“Se a proposta do INPI for adotada, teremos que correr para fazer a triagem dos pedidos de patentes que contenham biodiversidade e entrar com subsídios”, afirma a consultora da ABIFINA Ana Cláudia Oliveira. Ela discutiu, em outubro, uma estratégia de monitoramento dos pedidos em reunião com Rafael Marques, diretor do Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente. São considerados prioritários os setores farmacêutico, farmoquímico, agroquímico, de cosmético e de biotecnologia industrial.

## SISTEMA PERMITE QUE EMPRESAS RELATEM BARREIRAS À EXPORTAÇÃO

Foi lançado no dia 10 de novembro o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras – SEM Barreiras, elaborado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com contribuições do setor privado. O sistema permite que empresas relatem ocorrências e que o governo registre análises e ações tomadas para solucionar de cada entrave comercial.

O SEM Barreiras foi apresentado na Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Barreiras e Facilitação de Comércio, no dia 28 de novembro, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. A ABIFINA participou do encontro e, a partir de agora, receberá dos associados o relato de possíveis barreiras e, conjuntamente, identificará a melhor forma de conduzir os casos perante o governo.

## ESTRATÉGIAS BUSCAM SANAR FILAS DE MEDICAMENTOS INOVADORES

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) traçou um plano para atender à Lei nº 13.411/2016, que alterou os critérios para análise de registro de medicamentos inovadores e de pós-registro desses medicamentos quanto a eficácia e segurança. No dia 14 de novembro, em Brasília, a estratégia foi apresentada ao setor produtivo, incluindo a ABIFINA.

A Agência definiu que analisará os pedidos por ordem cronológica, incluindo aqueles submetidos na vigência da nova lei. Para as requisições feitas até 10 de novembro de 2017, a previsão de resposta é outubro de 2018 para registro de medicamentos inovadores e fevereiro de 2020 para pós-registro.

As ações definidas para agilizar o exame foram a triagem documental dos processos inovadores; priorização de exigências com foco em esclarecimentos e não na apresentação de documentos especificados na legislação; e padronização das análises, além da revisão e elaboração de regulamentações.

As premissas do trabalho foram a ordem cronológica de protocolo; métricas de produtividade; racionalização do tempo; aproveitamento de informações já avaliadas por outras autoridades sanitárias; redução do número de exigências técnicas; e acompanhamento mensal do projeto. Foram realizados mais de dez cenários pautados em diversas variáveis, como complexidade da inovação, prioridade social e relevância terapêutica.



## ANVISA COLETA CONTRIBUIÇÕES DO SETOR PRODUTIVO

A ABIFINA vem trabalhando em uma série de consultas públicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde (MS) nas áreas farmoquímica e farmacêutica, enviando contribuições articuladas com as empresas associadas e outras entidades. Confira os temas tratados pelo órgão junto ao setor produtivo.

CONSULTA PÚBLICA	ESCOPO	SITUAÇÃO
355 Anvisa	Procedimento especial para anuência de ensaios clínicos, certificação de boas práticas de fabricação e registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico ou prevenção de doenças raras	ENCERRADA
372 Anvisa	Priorização de análises de petições de registro e pós-registro de medicamentos	ENCERRADA
392 Anvisa	Procedimentos utilizados nos casos de medicamentos de referência indisponíveis para comercialização em território nacional	ENCERRADA
37 Ministério da Saúde	Monografias de plantas medicinais de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS)	ABERTA
Guia ICH E9 (R1) Anvisa	Adendo sobre estimativas e análise de sensibilidade em ensaios clínicos	ABERTA
Guia ICH S5 (R3) Anvisa	Deteção de toxicidade à reprodução de produtos farmacêuticos humanos	ABERTA
Guia nº 10 Anvisa	Tratamento estatístico da validação analítica	ABERTA

## REVISÃO DO MARCO REGULATÓRIO DE IFAS

Associados da ABIFINA dos setores farmoquímico e farmacêutico participaram de rodadas de reunião em outubro e novembro para relataram suas dificuldades com relação ao marco regulatório de insumos farmacêuticos ativos (IFAs). A entidade está relacionando os gargalos para informar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o que precisa melhorar. O órgão estuda rever as Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) nº 57/2009 (registro de IFAs), 60/2014 (registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos) e 73/2016 (mudanças pós-registro e cancelamento desses produtos).

# RÁPIDAS

## EXTENSÃO DE PATENTES

Entidades dos setores farmacêutico e farmoquímico formularam manifestação conjunta sobre o capítulo de propriedade intelectual do Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia (UE). O documento foi enviado em outubro ao embaixador Ronaldo Costa Filho, líder da equipe brasileira nas negociações. ABIFINA, Grupo FarmaBrasil, Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac) e Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) assinaram o documento.

## GUIAS DO ICH

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou em outubro, em Brasília, a IV Sessão dos Diálogos Regulatórios Internacionais para apresentar os próximos passos do conselho internacional ICH. Em novembro, o tema voltou à pauta. A ABIFINA participou das reuniões.

## PÓS-REGISTRO DE MEDICAMENTOS

A Anvisa realizou no dia 27 de novembro, em Brasília, um workshop sobre a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 73/2016, que trata das mudanças pós-registro e cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos. A ABIFINA esteve presente.

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

As reuniões de Propriedade Intelectual (PI) da ABIFINA em outubro e dezembro trataram da consulta pública sobre deferimento simplificado de patente, dos temas relevantes para discussão em 2018 e das atividades do Grupo de Apoio Jurídico (GAJ). Fechando o ano, o Comitê de PI promoveu palestra com o diretor do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes, João Marcelo Assafim, sobre aspectos jurídicos e proteção de dados de testes no setor farmacêutico.

## PROCURADORIA DO INPI

A ABIFINA e a Procuradoria do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) realizaram reunião no dia 23 de novembro para conversarem sobre as ausências do INPI em julgamentos relevantes para as associadas da entidade. Estiveram presentes pela ABIFINA o 2º vice-presidente Reinaldo Guimarães, o advogado Pedro Marcos Barbosa e a consultora Ana Claudia Oliveira. Participaram o procurador do INPI Antônio Cavaliéri, além de representantes da Procuradoria-Geral da República.

## DIÁLOGO COMERCIAL

A ABIFINA participou, com a analista técnica Fernanda Costa, do evento “Diálogos ICC Brasil – OMC: um caminho para Buenos Aires”, realizado no dia 31 de outubro, em São Paulo. Os participantes levantaram contribuições do setor privado brasileiro para as negociações da Conferência Ministerial de Buenos Aires, que acontece em dezembro.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) promoveu em outubro o curso “Desvendando os Rumos da China” e o seminário “A diplomacia na construção do Brasil”. Em novembro, foi a vez do seminário “Política externa do amanhã: desafios e perspectivas para o Brasil nos próximos anos”. Pela ABIFINA, a analista técnica Fernanda Costa participou dos dois últimos eventos. No curso, participaram representantes das associadas Nortec Química e OuroFino.


## FPQUÍMICA

A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) apresentou os resultados de 2017 durante o 22º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq), no dia 8 de dezembro, em São Paulo. O vice-presidente da cadeia química da ABIFINA, Lélío Maçaira, participou do evento.

## ENIFARMED

A ABIFINA foi apoiadora do 11º Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (ENIFarMed), realizado nos dias 4 e 5 de dezembro, no Rio de Janeiro. Ana Claudia Oliveira, consultora da entidade, moderou as mesas sobre biodiversidade e sobre novos acordos entre o INPI e a Anvisa.

## PARABÉNS!

O vice-presidente da Cadeia Química da ABIFINA, Lélío Maçaira, e o diretor de Relações Institucionais, Odilon Costa, participaram da festa de comemoração dos 30 anos da Blau Farmacêutica. A empresa é associada da entidade. 

Em 2018, a ABIFINA deseja estar ainda mais próxima  
de cada um de seus associados.  
Atuante e renovada, para, juntos, fortalecermos a nossa  
indústria nacional.

Aos Associados, parceiros e amigos,



**ABIFINA** 

# Construindo o futuro

Este ano, crescemos, evoluímos e nos preparamos para mais uma jornada.

A essência da Biolab está nas pessoas e em cada atitude, o que nos faz acreditar em um futuro melhor. Temos orgulho do que construímos juntos e a certeza de que transformações são necessárias para novas conquistas.

Oportunidades não faltam, e com a força de nossos passos, estamos construindo o futuro.

## Evoluir é Vital

[www.biolabfarma.com.br](http://www.biolabfarma.com.br)

